

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL- FSSO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL- PPGSS

ADRIELY BRAYNER RANGEL LINS

**A PRECARIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO BRASIL NO CONTEXTO DA
CIDADE CAPITALISTA**

MACEIÓ – AL

2020

ADRIELY BRAYNER RANGEL LINS

**A PRECARIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO BRASIL NO CONTEXTO DA
CIDADE CAPITALISTA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Virgínia Borges Amaral.

MACEIÓ – AL

2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

L759p Lins, Adriely Brayner Rangel Lins.

A precarização do espaço urbano no Brasil no contexto da cidade capitalista/ Adriely Brayner Rangel Lins. – 2020.
93 f.

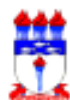
Orientadora: Maria Virgínia Borges Amaral.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 89-93.

1. Precarização. 2. Cidades. 3. Capitalismo. 4. Política urbana. I. Título.

CDU: 711.4



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL – PPGSS

Membros da Comissão Julgadora de Defesa da Dissertação de Mestrado de Adriely Brayner Rangel Lins, intitulada "A PRECARIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO BRASIL NO CONTEXTO DA CIDADE CAPITALISTA", apresentada ao programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas em 22 de julho de 2020, às 14 horas, por meio de vídeo conferência via Google Meet.

Banca Examinadora

DRA. MARIA VIRGINIA BORGES AMARAL
(UFAL – Presidente - ORIENTADORA)

DRA. ROSA LÚCIA PRÊDES TRINDADE
(UFAL – Examinadora Interna)

DR. LINDEMBERG MEDEIROS ARAÚJO
(UFAL – Examinador externo ao Programa)

ADRIELY BRAYNER RANGEL LINS

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Serviço Social.

Banca Examinadora:

Professora Dra. Maria Virgínia Borges Amaral
Faculdade de Serviço Social – UFAL (Orientadora)

Professora Dra. Rosa Lúcia Prédes Trindade
Faculdade de Serviço Social – UFAL

Professor Dr. Lindemberg Medeiros de Araujo
Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente – IGDEMA - UFAL

MACEIÓ – AL

2020

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ser meu tudo, meu companheiro de jornada e meu amigo mais fiel e presente, não há ninguém que me auxilia e me ajuda como Ele. Por isso dedico minha maior gratidão ao melhor Pai que eu poderia ter; amo-O com todas as minhas forças. E todas as conquistas que eu obtiver pelo caminho dedicarei sempre a Ele. Obrigada por tudo, meu Deus.

Ao meu esposo, Bruno, por seu imenso amor por mim. Por ser um homem bom, amável e que me encoraja e me dá força em todos os momentos da minha vida. Por dividir comigo a finalização de mais um ciclo. E por muitas vezes ter enxugado as minhas lágrimas e ter dito que eu chegaria até o fim. Obrigada por tudo, meu bem, eu te amo incondicionalmente.

Aos meus familiares mais queridos, meus pais, irmão, avós, tios e primos, obrigada por tudo. Por toda a educação que me deram, por ter me ensinado valores e princípios bons e por ter me dado a maior riqueza que um ser humano pode ter: o amor abnegado e altruísta que serve aos outros sem esperar recompensa. A vocês, meu eterno amor.

À minha orientadora, Professora Dra. Maria Virgínia Borges Amaral, devo meu reconhecimento e gratidão, por ter contribuído para o meu aprendizado, pelas orientações e conselhos, pela calma e paciência ao me instruir, por ter estendido a oportunidade que eu precisava para conseguir chegar além e realizar os meus sonhos. Não conseguiria seguir em frente sem sua instrução. Obrigada por tudo.

Agradeço aos componentes da banca examinadora, Professora Dra. Rosa Prêdes e Professor Dr. Lindemberg Medeiros, por seus olhares criteriosos sobre todo o conteúdo abordado nesta dissertação, por todas as sugestões dadas no momento da qualificação, as quais permitiram o aperfeiçoamento desse estudo. Agradeço por terem sido cordiais ao mostrarem as lacunas que deveriam ser preenchidas, e pelo respeito que me deram ao me considerar uma pesquisadora. Muito obrigada.

Aos amigos que fiz nessa jornada, ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social – UFAL, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a todos os mestres que me ensinaram o que é ciência e como encontrar, nela, a explicação do mundo.

Enfim, a todos os queridos que preenchem a minha vida de significado, o meu mais sincero agradecimento.

A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu,
mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre
aquilo que todo mundo vê.

Arthur Schopenhauer

RESUMO

Este estudo apresenta o processo de precarização das cidades brasileiras organizadas a favor da reprodução do sistema capitalista. Propõe identificar e discutir as condições do ambiente urbano que se expressam nos índices de políticas públicas como saúde, saneamento básico e mobilidade/acessibilidade urbana. Inicialmente aborda o que se identifica como o desenvolvimento do modo de produção capitalista mediante suas diferentes fases, desde a pós-dissolução feudal até o capital financeiro. Posteriormente, analisa a ocupação de terras no Brasil e discorre sobre o modo de industrialização e urbanização do país. Apresenta a forma como a cidade foi construída no Brasil contemporâneo. Por fim, expõe a origem da política urbana no país, bem como os atuais índices de políticas urbanas (saúde, saneamento básico e mobilidade/acessibilidade), numa tentativa de demonstrar como as populações cidadinas, principalmente as marginalizadas, têm mínimo acesso a tais direitos. Para isto, o estudo recorreu à pesquisa bibliográfica e documental, necessárias tanto para a fundamentação teórica do estudo, quanto para o entendimento dos atuais dados relacionados ao espaço urbano. Assim, a pesquisa demonstrou que, no contexto da cidade capitalista, há uma precarização do espaço urbano no Brasil; os dados apresentados nesse trabalho indicam que, devido à conjuntura neoliberal, essa precarização tende a ser maior e mais profunda.

PALAVRAS-CHAVE: Cidade. Capitalismo. Precarização do espaço urbano. Política urbana.

ABSTRACT

This study presents the process of precariousness in Brazilian cities, organized in favor of the reproduction of the capitalist system, identifying the conditions of the urban environment expressed in public policy indexes such as health, basic sanitation and urban mobility / accessibility. Initially, it addresses what is identified as the development of the capitalist mode of production through its different phases, from feudal post-dissolution to financial capital. Subsequently, it analyzes land occupation in Brazil and discusses the country's mode of industrialization and urbanization. It also presents the way the city was built in contemporary Brazil. Finally, it exposes the origin of urban policy in the country, as well as the current urban policy indexes (health, basic sanitation and mobility / accessibility), in an attempt to demonstrate how city populations, especially marginalized ones, have minimum access to such rights. For this, the study resorted to bibliographic and documentary research, necessary for both the theoretical foundation of the study and the understanding of current data related to urban space. Thus, the research demonstrated that, in the context of the capitalist city, there is an on-going process of precariousness of the urban space in Brazil; The data presented in this study indicate that, due to the neoliberal conjuncture, this precariousness of urban space tends to be greater and deeper.

KEY WORDS: City. Capitalism. Urban space precariousness. Urban Policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
SEÇÃO I - A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA CIDADE A PARTIR DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA	13
1.1 Das Corporações de Ofício à Manufatura: a cidade na fase de transição do feudalismo para o sistema capitalista.....	13
1.2 A Grande Indústria e a Cidade Industrial.....	24
1.2.1 A Industrialização no Brasil: aspectos político-sociais importantes para o processo de urbanização no país.....	32
1.2.1.1 A Inserção do trabalho assalariado e a Lei de Terras no Brasil.....	33
1.2.1.2 A Revolução de 30 e a abertura do país ao capital estrangeiro.....	37
1.2.1.3 O Golpe militar de 1964.....	40
1.3 A Cidade no Capitalismo Contemporâneo: dos monopólios ao capitalismo financeiro.....	42
SEÇÃO II – O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL E A PRECARIZAÇÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS	57
2.1 A Ocupação Territorial no Brasil: o processo de urbanização no país.....	57
2.2 A Política Urbana no Brasil.....	63
2.3 A Precarização das Cidades Brasileiras: condições de saúde, saneamento básico e mobilidade/acessibilidade urbana no Brasil.....	71
2.3.1 As condições de saúde no espaço urbano brasileiro.....	71
2.3.2 As condições de saneamento básico nas cidades brasileiras.....	75
2.3.3 As condições de mobilidade/acessibilidade urbana no Brasil.....	79

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS.....	90

INTRODUÇÃO

A dissertação proposta tem como objetivo compreender o processo de precarização do espaço urbano no Brasil. O estudo progrediu inicialmente mediante as discussões realizadas no grupo de pesquisa Trabalho e Serviço Social (TRASSO/UFAL), as quais, procuravam entender como a população atual tem vivido em cidades cada vez maiores, caóticas e desiguais.

Além desses momentos, também contribuíram para a aproximação do tema os estudos realizados por meio do Programa de Cooperação Acadêmica (PROCAD/Casadinho), efetuados em associação com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Tais experiências acadêmicas produziram discussões acerca do espaço sócio-ocupacional do Serviço Social, gerando proximidade com escritos de autores como David Harvey e Milton Santos, que ampliaram os questionamentos relacionados ao estudo do espaço urbano, sua produção e sua dinâmica no modo de produção capitalista.

Dessa maneira, a pesquisa avança a partir dos seguintes questionamentos: como as cidades têm sido organizadas no modo de produção capitalista? Como a lógica de mercado tem influenciado na produção do espaço urbano? Nesse contexto, como tem ocorrido a precarização das cidades no Brasil?

Com essas questões em tela, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a organização da cidade a partir do modo de produção capitalista, procurando verificar como a política urbana brasileira se desenvolveu no contexto de controle do capital sobre o espaço urbano, resultando em cidade precária. Para atingir o objetivo geral, definiu-se como objetivos específicos: estudar a organização da cidade a partir do surgimento e evolução do sistema capitalista; compreender como a produção do espaço é usada a favor da reprodução do capital e identificar como surgiu e se desenvolveu a política urbana brasileira até a contemporânea precarização do espaço urbano.

A metodologia usada para a realização deste estudo foi a pesquisa bibliográfica e documental, recorrendo-se às referências fundamentais para a compreensão do surgimento e da evolução do capitalismo; para identificar, ademais, o processo de diferenciação do modo de produção de riqueza anterior e a forma de organização das cidades à medida que o

capitalismo avançava em suas diferentes fases de existência (capital mercantil, capital industrial e capital financeiro). À proporção que o estudo avançava, recorreu-se à literatura contemporânea que discute a forma de organização social das cidades brasileiras a partir do processo de industrialização no Brasil, além de sua forma peculiar de urbanização no contexto de um capitalismo periférico.

Em seguida, utilizou-se informações de documentos oficiais como a Constituição Federal do Brasil, em seus artigos trinta, cento e oitenta e dois e cento e oitenta e três; o Estatuto das Cidades (2008), que também aborda os Planos Diretores Municipais, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), bem como o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) e dados contidos em relatórios de diferentes instituições. A análise desses documentos, leis e dados possibilitou o conhecimento dos avanços obtidos por meio da política urbana, assim como das atuais condições das cidades brasileiras.

Para a compreensão do objeto dessa pesquisa, mediante uma visão de totalidade, necessitou-se do uso do aporte teórico da dialética marxiana e dos marxistas, pois esse método de estudo da realidade provou ser o mais adequado para a compreensão da estrutura e determinações essenciais do objeto, já que se parte do fenomênico para alcançar a raiz, expondo as íntimas relações que o problema apresentado mantém com as demais categorias do mundo concreto.

Assim, essa dissertação foi construída em duas seções principais. Na primeira, intitulada “A organização social da cidade a partir do modo de produção capitalista”, buscou-se entender como as cidades se organizaram a partir do capitalismo; dessa forma, esta parte inicial contém análises sobre as corporações de ofício e manufatura. Procurou-se, então, compreender como as mudanças geradas na ocupação e no uso do solo urbano ocorreram nesse período.

Posteriormente, discutiu-se sobre o momento histórico da Revolução Industrial e como essa nova forma de produção modificou a ocupação e o uso do solo urbano. Em seguida, após o surgimento dos monopólios, foram feitas considerações acerca das mudanças citadinas que acabaram por contribuir para a reprodução do capitalismo financeiro. Nessa linha de raciocínio, em toda a seção, apresentaram-se elementos das ações do Estado na organização dos espaços urbanos que deram origem ao fenômeno da gentrificação, da elaboração de políticas que facilitam a realização de megaeventos, além do atual processo de militarização das cidades brasileiras.

Já na segunda seção, intitulada “O processo de urbanização no Brasil e a precarização das cidades brasileiras”, procurou-se mostrar como se deu o processo de urbanização do país, dando ênfase à forma de ocupação do solo brasileiro a partir do grande investimento de capital financeiro internacional; analisa-se o fenômeno da autoconstrução de moradias e o surgimento dos grandes complexos de favelas, guetos e comunidades, mostrando a ocupação desigual e segregada do solo no Brasil.

Por fim, foram abordados os aspectos gerais da construção da política urbana no país para demonstrar a importância das reivindicações do movimento de Reforma Urbana, chegando à Constituição Federal de 1988; o surgimento dos Planos Diretores Municipais; o Estatuto das Cidades; bem como a criação e extinção do Ministério das Cidades, mostrando o caráter frágil que ainda permeia a política urbana atual e como, nessa lógica, o espaço urbano tem sido precarizado.

Essa pesquisa revelou-se importante ao Serviço Social devido ao fato de que a política urbana se apresenta como um dos espaços de trabalho e intervenção do assistente social e, devido à lógica capitalista, esses profissionais têm o desafio de articular os demais agentes sociais em prol da luta pelo direito à cidade, assim como propor ações em acordo com o seu projeto ético-político no espaço urbano.

Além dessa primeira razão, a atual conjuntura de regressão de direitos, avanço do conservadorismo, privatização generalizada e forte ampliação da política neoliberal no Brasil tem dado fundamento para uma análise mais profunda da realidade urbana. Esse cenário, por sua vez, revela uma organização estatal voltada com maior intensidade para a acumulação capitalista, tendo nas cidades o local onde se expressa desigualdades de diversas ordens: política, econômica, ambiental, social, dentre outras.

É nesse contexto, então, que o profissional de Serviço Social se depara com novas demandas, dentre elas a necessidade do uso coletivo dos bairros com finalidade de se ter melhores condições de transporte público, infraestrutura e lazer, por exemplo; novos perfis dos usuários das políticas públicas; novas formas de trabalho frente a esse público; novos desafios em seu espaço sócio-ocupacional e na sua atuação profissional, dentre os quais se pode citar a tensão existente entre os diferentes sujeitos que habitam as cidades, sendo o espaço urbano marcado pela segregação social, violência urbana, degradação do ambiente e precariedade das moradias.

Nesse contexto, há um projeto e um planejamento neoliberal empreendedorista que reproduz a lógica capitalista e tem como consequência a periferização. Esse modo capitalista de organizar a cidade auxilia no fortalecimento do mercado imobiliário, que disputa o uso e ocupação do solo. Além desses desafios, novas exigências de qualificação e a necessidade da pesquisa para o conhecimento da realidade social urbana chega ao Serviço Social.

Como bem aborda o documento do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) intitulado “Atuação dos assistentes sociais na política urbana” (2016), a questão urbana é a expressão da desigualdade existente na distribuição das atividades do ser humano no processo de organização socioespacial. Tendo em vista que a definição do espaço urbano está além da aparência, torna-se fundamental o estudo profundo do processo de produção social do espaço, fazendo a relação elementar entre a esfera material e as relações sociais, diferenciando o espaço percebido mentalmente do espaço projetado e construído socialmente. Por esses motivos, importa ao Serviço Social a constante reflexão acerca da realidade urbana brasileira na tentativa de ampliação de espaços coletivos, públicos e democráticos, além da defesa do acesso aos direitos fundamentais.

Sendo assim, a realização deste trabalho visa estudar a lógica capitalista na construção de uma cidade cada vez mais precária, segregada e desigual a ponto de gerar influência sobre a construção da política urbana brasileira. Dessa maneira, esta dissertação busca colaborar com assistentes sociais, apresentando subsídios para suas ações profissionais com informações acerca dessa realidade, bem como auxiliar a sociedade civil e os movimentos sociais que buscam entender o processo de construção da cidade, com a finalidade de edificar estratégias coletivas de resistência à lógica neoliberal, baseando-se em um projeto de Reforma Urbana.

SEÇÃO I – A ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA CIDADE A PARTIR DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Na presente seção, será abordada a conjuntura histórica da configuração das cidades a partir do momento de transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista. Para apresentar tais considerações, o estudo versará sobre a organização social das cidades no período das corporações de ofício, perpassando a manufatura, chegando à Revolução Industrial, com o intuito de compreender como a cidade se desenvolveu e se complexificou dentro dessa dinâmica ocorrida em nível mundial e dentro da particularidade brasileira.

Em seguida, após a discussão sobre o surgimento dos monopólios, o estudo trará considerações acerca das mudanças citadinas em prol da reprodução do capitalismo financeiro, ademais de tratar das ações estatais que têm como consequências fenômenos como a gentrificação, a elaboração de megaeventos e a militarização das cidades. Dessa maneira, a pesquisa evidencia o quanto a intervenção política auxilia na adaptação do espaço urbano em prol da reprodução do capital, construindo, assim, uma cidade segregada.

1.1 Das corporações de ofício à Manufatura: a cidade na fase de transição do feudalismo para o sistema capitalista

Para entender como a cidade se desenvolveu e se complexificou no modo de produção capitalista, é necessário compreender como esse fato ocorreu no processo histórico e como a cidade se tornou tão desenvolvida e complexa a partir do capitalismo. Assim, para que se proceda a análise da organização do espaço urbano, é vital conhecer suas determinações essenciais, as quais estão imbricadas ao modo de produção das condições materiais da vida social. Dessa maneira, torna-se essencial conhecer a cidade com uma visão de que não se constitui um objeto definitivo e acabado, pelo contrário, faz-se como um conjunto de processos, dinâmicos e mutáveis que estão atrelados à forma de produção da riqueza social.

Há uma ligação clara entre o modo de produção de riqueza e a organização do espaço urbano. À medida em que o ser humano avança em suas relações sociais de produção de bens,

a cidade cresce e se modifica para melhor atender às necessidades do modo de produção vigente. Isso não quer dizer que apenas a economia altera a composição do espaço, mas sim, que o fator econômico é aquele que, principalmente, ocasiona mudanças na cidade.

Essa realidade é vista quando se analisa o capitalismo em suas fases. Por isso, convém uma reflexão sobre a composição do sistema do capital e as mudanças geradas no espaço urbano durante esse processo. Tal se inicia com o estudo das corporações de ofício e, em seguida, chega-se à manufatura como uma forma primária de organização e produção guiada pelo capital. Para uma diferenciação adequada entre ambas as atividades citadas, prosseguir-se-á com algumas considerações acerca das corporações e, posteriormente, da manufatura.

O comércio e o desenvolvimento das cidades com o uso do dinheiro¹ proporcionaram àqueles que viviam do artesanato a oportunidade de deixar a agricultura e trabalhar exclusivamente com seu ofício. Não era necessário o investimento de um montante considerável de capital para a execução desse trabalho na cidade. Dentro de suas próprias casas, numa sala ou quarto, os artesãos e artesãs poderiam fabricar um produto.

A lógica para a fabricação desses bens não era o lucro, num mercado estruturado e internacional: o artesão apenas precisava de alguns fregueses para lhe fazer encomendas e, assim, atendia apenas às pessoas da própria cidade na qual residia. Poderia ter um ou dois ajudantes; entretanto, sua produção escoava apenas para um mercado reduzido e local.

Essa era considerada a pequena indústria medieval. Ali, o mestre confeccionava o produto do início ao fim e ele mesmo realizava a venda. As mercadorias “eram feitas por artesãos profissionais, donos tanto da matéria-prima como das ferramentas utilizadas para trabalhá-las, que vendiam o produto acabado” (HUBERMAN, 1986, p. 55). Nessa lógica, o mestre comandava a produção completa dos bens, além de sua comercialização pelas ruas da cidade.

Nessas oficinas, os artesãos iniciaram corporações próprias, com um conjunto de trabalhadores dedicados completamente a um ofício, associando-se em corporações artesanais. Nesse ambiente, o mestre e os seus ajudantes, ou jornaleiros, não estavam em uma relação de submissão como existe na relação capital *versus* trabalho, pois a distância entre o patrão e o empregado não era grande e ambos poderiam fazer parte da mesma corporação; não estavam eles em lados opostos e não lutavam por interesses antagônicos. Predominava certa

¹“Equivalente geral dentro do mundo das mercadorias” (MARX, 2011, p.202).

“igualdade” entre essas duas classes, mesmo que fosse necessário um período extenso de ensino prático para um ajudante tornar-se artesão (HUBERMAN, 1986). Já para Rolnik (1995, p.32), a relação entre o mestre e aprendiz era semelhante à de pai e filho, pois a oficina era praticamente uma extensão do lar do artesão. Dessa forma, a “produção artesanal na cidade era controlada pelas corporações de ofício, uma espécie de liga de mestres artesãos”. Assim, em troca de abrigo, o artesão trabalhava para o mestre.

Todas essas corporações eram regidas por seus estatutos com um objetivo inicial de promover o espírito de fraternidade e não de concorrência entre os membros; contudo, as corporações lutavam para manter um monopólio de acordo com cada artesanato, pois a visão que tinham era manter elevada a qualidade do trabalho daqueles que eram associados. Os valores medievais de honra e moral repercutiram no cuidado desses mestres com o seu bom nome diante dos moradores da cidade, ao ponto de as vendas realizadas pelo artesão serem estritamente justas no sentido de beneficiar ambas as partes da troca: nem o vendedor e nem o comprador esperavam ter vantagem nas relações mercantis, visto que os artigos fabricados eram comercializados pelo seu preço de custo, sem acrescentar nenhum aumento ou diminuição de valor (HUBERMAN, 1986).

Nesse período, as cidades, ainda sob a direção feudal, não obedeciam a um padrão pré-estabelecido. Não havia demarcações de lotes ou um desenho bem alinhado das ruas. Os burgos² foram sendo ocupados pelos moradores à medida que estes iam chegando ao espaço urbano. Havia uma forte presença dos componentes naturais da terra como montanhas, declives e rios. Nas palavras de Sposito (2000), as cidades eram tortuosas, irregulares, com aspecto de sinuosidade. O seu desenho era peculiar com característica de descontinuidade. Essa forma de ser da cidade estava ligada ao baixo teor das forças produtivas³, que contavam com um produto ainda pouco modificado pelo ato de trabalho. Até esse momento do início das corporações de ofício, a cidade, sendo ainda comunal, adaptava-se espontaneamente ao fluxo da vida social.

²“Zona fortificada chamada de ‘burgo’ que assegurava proteção em caso de ataque. Mercadores errantes descansando nos intervalos de suas longas viagens, esperando que o degelo de um rio congelado, ou que uma estrada lamacenta se tornasse novamente transitável, naturalmente se deteriam próximo aos muros de uma fortaleza, ou à sombra da catedral. E como um número cada vez maior de mercadores se reunia nesses locais, criou-se um *faubourg* ou ‘burgo extramural’. (HUBERMAN, 1986, p. 27).

³É o conjunto formado por três elementos: os meios de trabalho (instrumentos, ferramentas, instalações, etc.), objetos de trabalho (matérias naturais brutas ou já modificadas pela ação do trabalho) e força de trabalho (energia humana que no processo de trabalho é utilizada para transformar os objetos de trabalho em bens úteis para satisfazer as necessidades humanas). (BRAZ; NETTO, 2007, p. 58).

Pouco tempo depois, essa forma mais conservadora de viver foi dando lugar a uma dinâmica nova. O mercado trouxe consigo a necessidade de maior desenvolvimento na produção e, dessa maneira, o preço justo logo foi substituído pelo preço de mercado. Como denomina Huberman (1986), o “justo” preço não se encaixava mais na lógica de um comércio maior e internacional e, assim como o preço foi modificado, as corporações também se alteraram.

O caráter de “igualdade” começou a ruir quando ocorreram as diferenciações entre as corporações, sendo algumas consideradas superiores a outras. Os mestres mais poderosos tornaram-se também dirigentes políticos locais. As cidades passaram a ser comandadas pela “aristocracia do dinheiro” (HUBERMAN, 1986).

A relação entre artífice e ajudante também se modificou e passou a ser cada vez mais difícil para os aprendizes se tornarem mestres e passarem a ter sua própria oficina. Os interesses, antes semelhantes, tornaram-se divergentes. Os trabalhadores que não conseguiram chegar a artesãos se uniram em corporações de trabalhadores, numa espécie de “sindicatos”, passam a lutar por melhores condições de remuneração e de trabalho e enfrentam resistências e embates com os patrões.

Como consequência dessa realidade, os mercadores passaram a ser os responsáveis pelo intercâmbio das mercadorias para outras localidades, agora mais distantes. Não mais o artífice era o responsável pela fabricação e pelo comércio, pois os comerciantes eram os que levavam as mercadorias para outras cidades. Houve uma ligação de espaços urbanos diferentes e distantes e essa divisão entre a produção e o intercâmbio deu origem a “uma nova divisão da produção entre cada uma das cidades, cada uma das quais em breve explora um ramo predominante da indústria. A limitação local inicial começa a ser gradualmente dissolvida” (MARX; ENGELS, 2009, pp. 79-80).

O intercâmbio mundial tornou-se um fator cabal no desenvolvimento das forças produtivas; é ele que também vai assinalar a decadência das corporações. Estas darão lugar ao florescimento da manufatura, a qual inaugurou uma forma distinta de organização do trabalho. A manufatura possibilitou a organização dos trabalhadores de diferentes funções em um mesmo espaço, a oficina, dominados por um capitalista. Nesse local, eram produzidas mercadorias para o comércio que estava em expansão. Cada trabalhador era responsável apenas por parte do processo produtivo, em uma atividade especializada, realizada de forma simultânea. Essa característica resultará na perda da capacidade do empregado de realizar a

produção da mercadoria do início ao fim. Isso quer dizer que o trabalhador deixa de completar o processo de fabricação do produto, portanto, perde a habilidade de realizar um ofício em sua plenitude, resguardando-se a produzir parte da mercadoria.

De acordo com Marx (2011, pp. 513-514), essa forma de trabalho era mais lucrativa ao capitalista devido ao encurtamento do tempo e do total de trabalho necessário para se produzir um determinado bem, resultando em uma quantidade muito maior de produtos em menos tempo com custos operacionais reduzidos. Assim, o processo de produção é “unilateralizado”, constituindo-se de operações parciais e “mutuamente complementares no processo de produção de uma única e mesma mercadoria”. Dessa maneira, a manufatura introduz uma “divisão do trabalho” na produção.

Essa divisão do trabalho⁴ criada pela manufatura, ou já existente e que foi evoluindo ao longo do tempo, é a divisão do trabalho desenvolvida e mediada pela troca de mercadorias. A base dessa divisão é “a separação entre cidade e campo” (MARX, 2011, p. 530). Essa oposição se inicia na transição da barbárie para a civilização e continua se estendendo até os dias atuais. É na cidade que vão se concentrar as oficinas, os trabalhadores e os capitalistas na gênese do modo de produção regido pelo capital.

As cidades já existiam no feudalismo, mas funcionavam como os centros de julgamentos e de bases militares (HUBERMAM, 1986). Já na época medieval, as corporações de ofício começaram a se desenvolver como um local de comércio, porém, ainda eram muito restritas e não tinham proporções de modificações mais amplas. Conforme Sposito (2000), as forças produtivas de então ainda não haviam logrado êxito de se desenvolver plenamente, como ocorreu na passagem da manufatura à fase industrial.

O mercado começou a sua expansão e a manufatura tornou-se o modo de trabalho predominante para atender a essa demanda; as cidades se modificaram, deixando de ser estáticas e passando a ser dinâmicas, com uma nova forma de viver e de pensar que, aos

⁴“Uma vez que mencionamos o crescimento da produtividade do trabalho, devemos observar que ele surge veiculado à repartição do trabalho. Antes mesmo do aparecimento do excedente econômico, na comunidade primitiva, diferenciaram-se as atividades de homens e mulheres – a *divisão sexual* é a primeira forma de repartição do trabalho; posteriormente, dividiu-se também o trabalho entre artesanato e as ocupações agrícolas, num processo que, muito mais tarde, desembocaria na divisão entre cidade e campo e na grande clivagem entre atividades manuais e atividades intelectuais. Com efeito, à medida que se desenvolve a capacidade produtiva da sociedade (e, com ela, o volume do excedente), esta divide as ocupações necessárias à produção de bens entre seus membros – instaurando a **divisão social do trabalho**, que avança tanto mais rapidamente quanto mais os bens produzidos, deixando o limite do autoconsumo das comunidades, destinam-se à troca”. (NETTO; BRAZ, 2007, p. 59). *Grifo dos autores*.

poucos, contrapunha-se ao modo de produção feudal. É sempre interessante ressaltar que o modo de produção capitalista nasceu das entranhas do feudalismo, modificou a forma de trabalho e, conseqüentemente, o modo de organização do espaço urbano. Huberman (1986, p. 26) esclarece:

Sem dúvida, havia certo tipo de cidades antes desse aumento no comércio, os centros militares e judiciais do país, onde se realizavam os julgamentos rurais e onde havia bastante movimento. Eram realmente cidades rurais, sem privilégios especiais ou governo que as diferenciasses. Mas as novas cidades que se desenvolveram com a intensificação do comércio, ou as antigas cidades que adotaram uma vida nova sob tal estímulo, adquiriram um aspecto diferente.

Dessa maneira, a cidade se tornou o local que concentrou a população e os instrumentos de produção, além de ser o lócus de acumulação de capital. A cidade se tornou o ambiente dos prazeres e das necessidades. O campo permaneceu como uma realidade diametralmente distinta, sendo o espaço do isolamento. Assim, percebe-se que a divisão entre cidade e campo só é possível mediante a existência da *propriedade privada* dos meios de produção e dos bens fabricados (MARX, 2011).

Entende-se aqui, por *propriedade privada*, de acordo com Marx (2011), o fato de uma classe social apoderar-se dos meios fundamentais de produção e subsistência, assim como das mercadorias produzidas pelo trabalho de outra classe fundamental, expropriada e explorada, que apenas usa a sua força de trabalho para sobreviver. A *propriedade privada* não se origina no capitalismo. Conforme Tonet e Lessa (2011), ela advém desde a descoberta do excedente econômico num período muito anterior, no qual o ser humano havia realizado a Revolução Neolítica (descoberta da agricultura e a habilidade de domesticação de animais), conseguindo produzir mais do que a sua família, ou clã, pudesse consumir.

Assim, tornou-se viável a exploração da força de trabalho de outros homens, além da fixação das comunidades ao solo, permitindo que ele fosse passível de transformação. Com essa fixação do homem ao solo, surgiram os primeiros aglomerados humanos (aldeias) que precederiam as primeiras cidades na história. Desse modo, as cidades foram criadas já no modo de produção asiático⁵, aproximadamente, no ano 3.000 a.C., localizadas na

⁵“Ainda que em uma forma diferente do escravismo, o modo de produção asiático também era uma forma primitiva de exploração do homem pelo homem. A classe dominante (a casta dominante na Índia, os mandarins na China etc.) se apropriava da riqueza produzida nas aldeias através de impostos, sempre recolhidos sob o emprego da ameaça de força militar. As sociedades asiáticas, ou modo de produção asiático, se desenvolveram a

Mesopotâmia. Destarte, o excedente econômico é a possibilidade de existência da cidade; já a apropriação privada da riqueza pela classe dominante com fins de realização num mercado organizado (como no sistema capitalista) compõe o elemento chave para a divisão do trabalho, culminando em novas modificações no espaço (LOJKINE, 1997).

Quando ocorre essa divisão do trabalho para atender ao comércio em largo desenvolvimento, a cidade deixa de ser o local onde o excedente econômico é apenas consumido e passa a ser o espaço da produção da riqueza, levando o camponês a consumir o produto da cidade. Com a expansão do mercado impulsionado também pelas grandes navegações que formavam as longas rotas da Europa para as Índias e as Américas, as cidades passaram a crescer e a ser formadas nas estradas e nos encontros entre uma rota e outra. O próprio crescimento dos espaços urbanos auxiliou no êxodo do campo para as cidades: “O povo começou a deixar suas velhas cidades feudais e iniciar vida nova nessas ativas cidades em progresso. A expansão do comércio significava trabalho para maior número de pessoas e estas afluíam à cidade a fim de obtê-lo” (HUBERMAN, 1986, p.27).

Ainda assim, outro fator importantíssimo deu origem à saída do camponês das áreas agrícolas para as cidades: o arrendamento da terra pela classe burguesa, no sentido de fortalecer a manufatura, mais especificamente, a tecelagem. É o que se denomina de cercamentos de terras, o que originou, juntamente com o roubo e a pilhagem das riquezas encontradas nas Américas, a acumulação primitiva de capital. Assim, a descoberta do ouro e da prata nas Américas, a escravização de pessoas nas minas, a pilhagem das colônias, a caça aos negros na África para mão-de-obra escrava nas terras recém descobertas, assinalaram a aurora da produção capitalista (MARX, 2011).

Os camponeses foram violentamente expulsos das terras, as suas casas foram completamente arrasadas, queimadas e destruídas. A terra, antes arável e fonte de toda a riqueza do modo de produção feudal foi transformada em pastagem de ovelhas para o fornecimento de lã. Segundo Marx (2011), de 1814 a 1820, aproximadamente três mil famílias foram expulsas ou exterminadas dos campos na Inglaterra. Os vilarejos dessas famílias foram incendiados para a transformação da terra em pastagem. “Uma anciã morreu queimada na cabana que ela se recusara a abandonar” (idem, ibidem, p. 977).

partir da descoberta da agricultura e da pecuária na região geográfica compreendida como Oriente Médio e a China e, também, nas civilizações Maia e Asteca nas Américas. Este modo de produção é característico com densidade populacional elevada e onde o solo disponível para a agricultura é restrito. A produção adequada se revelou ser o cultivo de cereais em terrenos alagados, o que exigia enormes trabalhos para a construção de diques, represas e canais de irrigação”. (TONET; LESSA, 2011, p. 31-32).

Os servos, que antes tinham acesso aos instrumentos de trabalho, aos meios de produção e subsistência e eram ligados à terra, foram divorciados dos feudos brutalmente. Todo o processo de expropriação daqueles que viriam a ser a mão-de-obra necessária nas cidades foi assinalado com violência. Os camponeses não queriam abandonar seus poucos pertences e suas faixas de terras. A base de todo o processo capitalista de produção, segundo Marx (2011, p. 961), foi a violência da expropriação dos camponeses de suas terras, transformando-os em trabalhadores “livres”:

Trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção, como os escravos, servos etc., nem lhes pertencem os meios de produção, como no caso, por exemplo, do camponês que trabalha por sua própria conta etc., mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção. Com essa polarização do mercado, estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior.

Esses trabalhadores eram livres das condições de subsistência e livres das amarras feudais, livres da servidão da terra, porém, despossuídos de qualquer tipo de riqueza ou modo de produção. Sendo assim, não tinham outra mercadoria a não ser a sua força de trabalho para oferecer em troca de remuneração, do contrário, morreriam sem condições de sobrevivência. Eram livres para serem explorados pelo burguês, detentor da terra e dos meios de produção. Todo esse movimento dos camponeses para as cidades criou, para a manufatura citadina, o provimento de trabalhadores necessários para a produção.

Os cercamentos de terras também atingiram a Igreja Católica, maior senhora feudal da época, cujas terras foram confiscadas (MARX, 1988). O poder da Igreja começou a ser enfraquecido e, com ele os dogmas, que condenavam essa nova forma de ordem social ruíram conjuntamente. Vale salientar que essas terras foram tomadas, vendidas a preços baixos, incorporadas a propriedades privadas por usurpações, sem reconhecimento legal.

O trabalhador que foi expulso para as cidades foi considerado um “fora-da-lei”. Os burgueses se valeram de leis sanguinárias que criminalizavam a mendicância e obrigavam os expropriados ao trabalho imediato: exemplos desses documentos são o Estatuto dos Trabalhadores (1349) e a Lei dos Pobres (1601) (BERHING; BOSCHETTI, 2011). Essas leis regulamentavam uma forma de “código coercitivo do trabalho”, e tinham um caráter punitivo;

em nada continham a ideia ou princípio de proteção social. Essa população, retirada de seu antigo modo de vida, forçada a vender a força de trabalho para outrem, vai migrar para as cidades, fazendo-as aumentar.

Assim, as manufaturas floresceram na Europa, principalmente, na Inglaterra. Com ela, diferentes nações entraram em uma relação de guerra e de lutas comerciais. A questão do comércio passou a ter importância política. Os mercadores, enriquecidos pelo acúmulo de capital e pelo comércio de mercadorias, tinham na cidade o seu território, e tinham na riqueza acumulada o seu poder (HUBERMAN, 1986).

Pouco a pouco, à medida que a atividade manufatureira se ampliava, as cidades também se expandiram, tornando-se o local da administração dos empreendimentos do capital, formando uma rede ampliada de comunicação com outras cidades chegando a cobrir porções do mundo. Assim, as cidades derrubaram as antigas muralhas e passaram de uma economia natural (concepção feudal) para uma economia mercantil (MARX; ENGELS, 2009).

Nesse contexto, essa nova classe já havia consolidado um poderio econômico; entretanto, havia, também, a necessidade de conquistar o poder político. Como afirmam Netto e Braz (2007), já próximo da dissolução do feudalismo, ocorreu uma centralização do poder que vai se expressar formando os Estados Nacionais Modernos, ou, como também são chamados, os Estados Absolutistas. No seu início, esses poderes políticos auxiliaram no fortalecimento dos capitais mercantis, pois unificaram regiões numa mesma moeda, facilitando as atividades de comércio. Dessa forma, as cidades-capital foram instituídas nesse processo para ajudar na unificação das regiões e para controlar de forma mais eficaz as rotas do mercado e o poder militar.

É nesse momento que ocorre uma mudança radical nas cidades. Antes, a sua terra era comunal, as pessoas que ali chegavam podiam ocupar o espaço de maneira natural; após as mudanças econômicas, o espaço urbano passou a ser mercantilizado, a terra urbana passou a ser mercadoria: “tanto assim que a servidão ia aos poucos sendo minada pela comercialização do excedente alimentar e pelo surgimento dos arrendatários capitalistas (a partir do século XIV), apontando a transformação da terra em mercadoria” (SPOSITO, 2000, p. 36).

Outra característica que as cidades passam a ter nesse momento, segundo Sposito (2000), é uma organização marcada pela divisão da sociedade em duas classes distintas,

aqueles que têm a posse dos meios de produção e subsistência e os que vendem a sua força de trabalho.

Com a expansão da manufatura e do comércio, elevou-se também a acumulação de dinheiro. As corporações de ofício, já nesse processo, estavam sem receber estímulos que as fizessem sobreviver ou ampliar seu modo de produção. Assim, a manufatura vai arregimentar a grande burguesia, por conseguinte, os pequenos burgueses que permaneceram nas corporações definharam a vista do fortalecimento manufatureiro. (NETTO; BRAZ, 2007).

Nesse período de pós-descobertas das terras além-mar, ocorreram as colonizações de outras regiões do planeta, colônias estas que passaram a ser consumidoras dos manufaturados europeus. Esse período vai ser fortemente marcado pelas lutas entre as nações pelo mercado mundial, formando monopólios coloniais. Dessa maneira, as nações entraram em guerras marítimas e, por isso, as cidades que foram erguidas próximas ao litoral tornaram-se importantes e passaram a ser o lócus da burguesia, já que, segundo Marx (2011, p. 1001), a tônica daquele momento era a exportação:

Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital. A Holanda, primeiro país a desenvolver plenamente o sistema colonial, encontrava-se já em 1648 no ápice de sua grandeza comercial.

Nessa fase de expansão do mercado mediante as navegações e o “descobrimento” de novos territórios, conforme Santos Neto (2015) esclarece, o Brasil passa a integrar a história mundial após sua “descoberta” e consequente transformação em colônia pertencente à Europa. Assim como as outras colônias na América, nosso país se tornou muito importante para o desenvolvimento do capitalismo, primeiro como uma colônia de extração, tendo suas riquezas pilhadas e comercializadas nos países centrais, e, posteriormente, servindo ao capital, mediante a produção de riquezas, como a cana de açúcar, por exemplo, que era aqui produzida para ser exportada. Nessa fase inicial, ainda não se pode falar de cidades predominantes no país, uma vez que sua população estava majoritariamente em área rural.

Ao passo que o modo de produção capitalista se fortalecia nas cidades da Europa, a ordem política ainda se concebia como feudal; esse fato passou a ser um entrave para os ricos moradores da cidade, visto que, o desenvolvimento das forças produtivas exigia que novas

relações sociais, relações capitalistas, fossem implantadas além da esfera econômica. O rei, antes necessário para controlar as revoltas dos servos, passou a ser um obstáculo, pois carregava consigo o modo político da feudalidade. Assim, foi necessário que a classe burguesa efetivasse um processo verdadeiramente revolucionário (NETTO; BRAZ, 2007).

Muitos outros aspectos sociais foram modificados para que essa revolução acontecesse completamente. No campo das ideias, por exemplo, era essencial a mudança de cosmovisão, saindo do aspecto teocêntrico para uma perspectiva de centralidade do humano em detrimento do divino. Movimentos como o Iluminismo e as reformas no âmbito religioso atestam esse fato. Essas novas ideias, combinadas às novas formas de produção de riqueza e à vida dinâmica nas cidades, possibilitaram à burguesia o poder necessário para conquistar a hegemonia. Com isso, os burgueses conseguem inaugurar uma série de revoluções na Europa, como a ocorrida em 1688-1689 na Inglaterra e, a mais emblemática das revoluções burguesas, em 1789, na França. Uma verdadeira revolução social que, nas palavras de Netto e Braz (2007), começou a acontecer a partir do momento em que os comerciantes e mercadores passaram a ser protagonistas econômicos da época e, assim, aptos a se arremeterem de maneira a combater diretamente a ordem feudal, construindo uma hegemonia político-cultural na sociedade.

A luta de classes, por ser plurissecular, “teve no domínio da cultura e das ideias um campo de batalhas decisivo, como o provam a *Reforma protestante e a Ilustração*. Foi a hegemonia conquistada pela burguesia no terreno das ideias que lhe permitiu organizar o *povo* (o conjunto *Terceiro Estado*) e liderá-lo na luta que pôs fim ao *Antigo Regime*” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 75, *grifo dos autores*). Com o fim do Estado absolutista, nasce o Estado burguês, que, por sua vez, tem os seus órgãos indispensáveis – exército, polícia e burocracia – reformulados para servir à nova forma de produção de riqueza. Dessa maneira, o capitalismo articula toda a superestrutura para o seu pleno desenvolvimento, tendo, assim, a generalização da produção de mercadorias como o ato principal na atividade econômica.

Dessarte, o capitalismo se fortalece e se prepara para o seguinte passo que determinará o seu amadurecimento: *A Revolução Industrial*. É a partir desse período que o capitalismo se consolida como modo de produção da riqueza em caráter amplo, adentra uma nova fase de expansão e, mais uma vez, modifica as cidades.

1.2 A grande indústria e a cidade industrial

Segundo Engels (2010), de todas as mudanças que a Revolução Industrial⁶ possibilitou, uma das maiores foi a aceleração do processo urbanizador, o qual acarretou transformações no modo de vida da sociedade. A cidade passou a ser o local de uma grande população que saía do campo e, desordenadamente, sofria rápida expansão. O berço de toda essa evolução, Londres⁷, já em 1800, era considerada tão populosa como a Roma antiga.

Esse acréscimo foi principalmente visto na classe dos trabalhadores, que proporcionaram um verdadeiro inchaço urbano, revelando uma série de problemas ao passo que habitavam as cidades. Para uma clara evidência desse crescimento populacional, podem-se observar os níveis indicados na obra de Engels (2010). O autor faz uma comparação entre o número de habitantes de cidades inglesas antes e após o início da Revolução Industrial. Apenas para citar alguns exemplos, nas cidades de Bradford e Halifax (no período industrial), o número de habitantes passou de vinte e nove mil para setenta e sete mil e de sessenta e três mil para cento e dez mil habitantes, respectivamente.

Esse crescimento da população londrina nas cidades também aconteceu em razão do estabelecimento de uma série de indústrias, dentre elas as fábricas têxteis, as indústrias de extração de carvão e ferro, além das fábricas de vidro, bem como todas as atividades secundárias que surgiram devido a tais ramos industriais. A nova e emergente forma de trabalho, a priori nas máquinas a vapor, irá produzir muito mais do que mercadorias, produzirá uma classe distinta: o proletariado inglês (ENGELS, 2010). Essa classe, base de todo o processo de produção em massa, será o principal produto da expansão do sistema capitalista.

Diferentemente dos modos de produção anteriores, pautados em trabalho escravo e servil, o trabalho no capitalismo é trabalho assalariado, trabalho alienado, já que o burguês compra com dinheiro acumulado os meios de produção (máquinas, instalações, ferramentas, matérias brutas ou primas) e a força de trabalho. Tonet e Lessa (2011, p. 93) esclarecem que o trabalho alienado é aquele que no processo produtivo tem sua direção dada pelas

⁶Gigantesco desenvolvimento das forças produtivas modificando o padrão de produção ligado a manufatura para a indústria a vapor.

⁷É interessante avaliar Londres, como Engels (2010) preconiza, devido a sua eminência e desenvolvimento mais maduro do capitalismo no Período da Revolução Industrial, sendo então capital do país europeu mais avançado, proporcionaria de forma mais clara as contradições do capitalismo nas condições de vida dos operários e na organização das cidades industriais.

“necessidades para a acumulação da propriedade privada da classe proprietária”. Isso significa que nenhuma necessidade humana do trabalhador ou de qualquer pessoa é o fator mais importante na realização do trabalho, pois “o trabalho deixa de ser expressão vital do desenvolvimento das novas necessidades e possibilidades de desenvolvimento de todo o do gênero humano e se converte em uma atividade cuja função social predominante é produzir a propriedade privada”. Assim o trabalhador está alienado de sua humanidade no processo de trabalho.

Desse modo, a força de trabalho é mercadoria especial trocada por salário⁸, cujo valor é determinado “*pelo tempo socialmente necessário para produzir os bens que permitem a sua manutenção*” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 100, *grifo dos autores*), isto é, a manutenção do trabalhador como força de trabalho. Assim, o trabalhador vai até a fábrica, faz funcionar as máquinas com seus braços e pernas e produz a riqueza.

O mais interessante nesse processo é que o capitalista tira grande vantagem na utilização dessa *mercadoria especial*, pois ela tem uma qualidade única: cria valor⁹. Ao ser utilizada, ela produz mais valor do que seria necessário para a sua reprodução, ela cria mais valor do que custa; é nesse ponto que está o segredo da produção no capitalismo: o burguês compra a força de trabalho pelo seu valor de troca¹⁰ e se apodera do seu valor de uso, e, dessa forma, extrai a mais-valia, isto é, o valor excedente que o operário cria e que será privadamente apropriado pela classe dominante. Segundo Netto e Braz (2007, p. 100), “o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca de sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) – e este último é maior que o primeiro”.

Com isso, o trabalhador não permanece com os bens que produziu; para possuí-los, precisará trocá-los por dinheiro no mercado de trabalho. Essa realidade faz com que o seu trabalho não seja, em primeira instância, para suprir suas necessidades, e sim, para criar mercadorias destinadas à venda e gerar de lucro. Esse é o objetivo primordial do capitalismo.

⁸“O salário é a soma em dinheiro que o capitalista paga por um determinado tempo de trabalho ou pela prestação de um determinado trabalho” (MARX, 2010, p.33).

⁹“O modo de produção capitalista tem em sua essência uma nova forma de exploração do homem pelo homem: do trabalhador, a burguesia compra apenas a sua força de trabalho. Como a utilidade desta é apenas uma, produzir; e como ela possui uma propriedade única entre as mercadorias, que é a de, empregada adequadamente, produzir um valor maior do que ela própria vale, o burguês que comprou a força de trabalhado tem, ao final do mês, um valor maior do que aquele que paga ao trabalhador sob a forma de salário. Esse valor maior é a mais-valia”. (TONET; LESSA, 2011, p. 63).

¹⁰“O valor de uso e não o valor de troca, ou seja, o atendimento das necessidades humanas e não dos interesses do capital, será o objetivo da produção. (TONET; LESSA, 2011, p. 103). Segundo Marx (2011), o valor de uso é aquilo que se produz para o atendimento das necessidades humanas, já o valor de troca é aquilo que se produz primeiramente para atender ao mercado, a acumulação capitalista e não as necessidades humanas.

Portanto, a riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma “imensa coleção de mercadorias, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 1988, p. 45). Nesse modo de produção, o trabalho torna-se estranhado, abstrato, visto que o trabalho produz bens para os ricos e, em contrapartida, privação para os operários.

Dessa forma, no pós-Revolução Industrial, os trabalhadores passaram a viver no pauperismo devido à extração da mais-valia absoluta¹¹, mediante os baixos salários e extensas jornadas de trabalho (quatorze, dezesseis ou dezoito horas, sem contar as horas de trabalho nas madrugadas). Viviam sob péssimas condições de moradia e subsistência, sem aparato social que os protegesse da exploração.

Diferentemente do pauperismo que já existia desde os primeiros modos de produção¹² de riqueza, a miséria no capitalismo era fundamentalmente diversa daquela encontrada no escravismo e no feudalismo, pois estava ligada não à escassez, mas, sim, ao excedente da riqueza. A existência da miséria não estava aliada ao baixo desenvolvimento das forças produtivas, pelo contrário: quanto mais a produção capitalista crescia e se desenvolvia, o pauperismo elevava-se na mesma proporção. Para Netto (2011, pp. 153-154), a escassez passou a ser produzida socialmente:

Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente. Se, nas formas de sociedades precedentes à sociedade burguesa, a pobreza estava ligada a um quadro geral de escassez (quadro em larguíssima medida determinado pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais), agora ela se mostrava conectada a um quadro geral tendente a reduzir com força a situação de escassez.

É a partir dessa exploração que a indústria se firma e, posteriormente, modifica as cidades. Essa urbanização ligada ao *boom* industrial vai repousar sobre dois aspectos: o

¹¹“Um modo de ampliar o tempo de trabalho excedente consiste na extensão da jornada de trabalho sem alteração do salário: aumentando-se a duração da jornada (dez, doze, catorze horas, etc.), conserva-se a mesma duração de tempo de trabalho necessário e se acresce o tempo de trabalho excedente. Esse modo de incrementar a produção do excedente a ser apropriado pelo capitalista designa-se como produção de mais-valia absoluta. Compreende-se, pois, por que aos capitalistas sempre interessem longas jornadas de trabalho: jornada mais longa significa mais trabalho excedente”. (NETTO; BRAZ, 2007).

¹²Modo de produção asiático, escravismo e feudalismo. (TONET; LESSA, 2011).

primeiro será a decomposição das estruturas sociais agrárias, forçando a emigração para as cidades; o segundo, a concentração de mão-de-obra e um mercado fortificado. Assim, a indústria organiza de forma completa a paisagem urbana e esse controle do capital não se esvai na cidade atual, moderna e complexificada, uma vez que a urbanização está articulada com o modo de produção. Para Barbosa e Sá (2002, p. 09), a urbanização está ligada paralelamente ao processo produtivo; portanto, as mercadorias têm embutidas no seu valor, seu preço de fabricação e seus custos de colocação no comércio “a própria elaboração ampliada das condições gerais de produção, refletindo, em última instância, a própria estrutura e dinâmica típica de cada cidade”. Dessa forma, a valorização do capital está conectada à articulação do espaço urbano.

Dessa maneira, indústria e cidade se expandem juntas não sendo raro uma dar origem a outra. Imensas redes urbanas foram criadas a partir da expansão fabril e, ao mesmo tempo, as classes sociais dentro das cidades seguiram um padrão comum de divisão no que se refere à repartição dos bairros, como também à distribuição dos recursos nos sítios urbanos. Para os operários, as condições de moradia e higiene das populações mais pobres e sem acesso à riqueza configuram-se como um exemplo dessa apropriação injusta do solo. Engels (2010, p.70) explica que, sempre em desvantagem quanto à disputa pelos melhores terrenos, essa parcela da sociedade foi compelida a compartilhar os espaços mais despojados de conforto, estrutura e limpeza existentes nas cidades:

Todas as grandes cidades têm um ou vários “bairros de má fama” onde se concentra a classe operária. É certo ser frequente a miséria abrigar-se em vielas escondidas, embora próxima aos palácios dos ricos; mas, em geral, é-lhe designada uma área à parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas, deve safar-se, bem ou mal, sozinhas.

Assim, a classe trabalhadora, nesse período, viveu e aglomerou-se nas cidades em espaços organizados intencionalmente para escondê-la, para mascarar a sua pobreza e degradação. Ao pertencer à multidão, esses operários, paulatinamente, deixaram de ser percebidos a partir de sua individualidade e passaram a integrar uma condição de simples habitante de um conglomerado urbano de uma potência mundial (LOJKINE, 1997).

Para Engels (2010), Londres e outras cidades industriais importantes da Inglaterra do século XIX são bons exemplos de análise. Dessa forma, ao perceber a paisagem londrina,

cortada pelo rio Tâmesa, é comum a impressão de que a capital inglesa se sobressaía em praticamente todos os aspectos em comparação às outras cidades industriais; entretanto, sua dinâmica, suas ruas escondidas por detrás dos bairros aristocráticos, revelam mais do que a superficialidade de sua paisagem pode expressar.

A era vitoriana¹³ consolidou na Inglaterra não só as façanhas da Revolução Industrial com relação aos avanços na produção, mas, também, revelou a miséria e a pobreza excessivas, que resultavam do modo de produção capitalista, e como esse pauperismo impregnou-se nos bairros operários de Londres. (ENGELS, 2010).

Isto posto, fica claro o entendimento de que as cidades industriais eram divididas em bairros pertencentes as distintas classes sociais. Tanto existiam os bairros aristocráticos com suas boas habitações e locais para o consumo de finas mercadorias e áreas de lazer, como os bairros operários, verdadeiras pocilgas nas quais os trabalhadores tentavam sobreviver. Dessa maneira, os operários, além das péssimas condições no trabalho, também compartilhavam das piores condições de habitação, saneamento, alimentação e mobilidade urbana. Seus bairros eram sempre os piores das cidades, os mais insalubres, fétidos e escondidos de Londres. Diante dessa realidade, Engels (2010, p. 61) revela a intenção dos industriais de deixar de admitir o que era óbvio: sua riqueza era fruto da miséria e da morte dos trabalhadores.

A classe média inglesa, em particular a classe industrial que se enriquece diretamente com a miséria dos operários, nada quer saber dessa miséria. Ela, que se sente forte, representante da nação, envergonha-se de revelar aos olhos do mundo a chaga da Inglaterra; não quer confessar que se os operários são miseráveis, cabe a *ela*, classe proprietária, classe industrial, a responsabilidade moral por essa miséria.

Onde as fábricas eram construídas, logo espaços de vilas eram formadas ao redor para abrigar os operários contratados. Daí em diante, uma série de outras pessoas se instalava nesses locais, como sapateiros, feirantes, pedreiros, entre outros. Os mais jovens do local eram captados pelas fábricas; depois de algum tempo, quando as que já existiam não conseguiam mais cooptar trabalhadores, novas indústrias migravam para essas localidades para obter mão-de-obra mais barata.

Dessa maneira, pequenos locais tornam-se grandes cidades industriais que necessitavam de meios de transporte para as mercadorias. Começaram, então, a surgir canais;

¹³Período histórico do governo da Rainha Vitória na Inglaterra (1837-1901).

ferrovias e estradas foram construídas. Nos centros das cidades, toma-se espaço para mercados organizados. Esse desenvolvimento fará com que mais nitidamente sejam expostas as duas classes fundamentais, burgueses e proletários, diminuindo, assim, as frações das classes médias (ENGELS, 2010).

Toda essa evolução fez com que a cidade londrina se tornasse a capital do mundo, mas, esse título, por si mesmo, só poderia ser evocado mediante sacrifícios conhecidos muito de perto pelos trabalhadores. Como afirma Engels (2010, p. 67): “esses londrinos tiveram que sacrificar a melhor parte de sua condição de homens para realizar todos esses milagres da civilização de que é pródiga a cidade”.

É evidente o paradoxo que aí se instala quando a grande cidade industrial é plenamente instalada. Sua construção, desenvolvimento e perpetuação invocam um grau de civilidade maior do que todas as formas antigas de sociedade. Ainda assim, esse desenvolvimento se deu a custo da brutalidade da exploração do trabalho, que, de longe, produz um contingente de não civilizados, alienados, separados das formas minimamente dignas de humanidade, imersos num corpo social que, quanto mais produz riqueza, mais pobreza é encontrada em suas cidades. A civilidade, afinal, não era (e não é) para todos.

Bresciani (2004), referindo-se aos estudos de Morrison (1894), entende que a tônica das cidades era a indiferença feroz. Nesse espaço, foi finalmente declarada de forma aberta a luta de todos contra todos. Essas características não são definidas apenas para Londres - as cidades industriais, em geral, têm em si tais predicativos. Dessa feita, a cidade se tornou um lugar estarrecedor devido ao elevado nível de exploração da força de trabalho. Os bairros com péssimas condições de infraestrutura, onde os operários viviam, eram considerados uma expressão do caos e seus habitantes eram vistos como selvagens¹⁴.

Em seus estudos, Engels (2010) mostra que os operários viviam de maneira instável, contratados por salários semanais, normalmente baixíssimos, com praticamente nenhuma regulamentação protetiva, trabalhavam exaustivamente nas fábricas. Sua jornada de trabalho era composta por longas horas em um ambiente fabril completamente não adaptado às condições mínimas de salubridade. Para ter acesso a moradia, era necessário o pagamento de aluguéis, em geral, de locais de um ou poucos cômodos que abrigavam um número demasiado de pessoas.

¹⁴Relatos como esses também remetem a obras literárias importantes para a compreensão da época, tais como: “Os Miseráveis”, de Victor Hugo, e “Cidades Sombrias”, de Charles Dickens.

Muitas vezes, mais de uma família dividia um único espaço para dormir, vestiam trapos e não conheciam higiene regular; as ruas com esgotos a céu aberto eram locais de imundícia e doenças. A cólera era um surto frequente, a morte por inanição também; afinal, boa alimentação era algo completamente aquém da realidade daquela gente. As pessoas viviam e definhavam, literalmente em suas *cottages*¹⁵. Conforme lembra Engels (2010, p.70), na Inglaterra, os bairros dos operários, conhecidos como bairros de “má fama”, se estruturaram praticamente do mesmo modo em todas as cidades. Isso significa que as piores habitações, com baixos padrões de qualidade e construídas de forma irregular, eram as moradias disponíveis para os trabalhadores. As condições das ruas desses bairros também não eram satisfatórias, pois, não eram calçadas e nem planas. Continham grande quantidade de lixo e dejetos devido aos detritos de vegetais e de animais. “Sem esgotos, ou canais de escoamento, cheias de charcos estagnados e fétidos. A ventilação na área era precária, dada a estrutura irregular do bairro e, como nesses espaços restritivos vivem muitas pessoas, é fácil imaginar a qualidade de ar que se respira nessas zonas”.

Nas ruas mais degradadas de Londres, tais como King Street e Parker Street, moravam famílias famintas, mulheres e crianças eram vistas constantemente em um estado crônico de debilidade e doença. Os bairros operários eram verdadeiras expressões do caos. Em um relato¹⁶ da época referente ao alto número de óbitos entre os operários, apresentado na obra de Engels (2010), afirma-se que, em apenas um cômodo, viviam famílias inteiras, comendo e dormindo amontoadas, como pilhas de feno. Suas camas eram sacos de palha e serragem. Essas habitações eram empilhadas umas nas outras, em ruas estreitas com parca ventilação.

Essas moradias permaneciam como um verdadeiro agrupamento de pessoas sem mínimas condições de higiene e alimentação, sem saneamento básico. Muitas vezes, os operários dividiam suas casas com animais (criação de porcos, por exemplo). Diante de tais condições precárias, consequências fatais para a saúde dos operários puderam ser observadas, pois esses locais eram verdadeiros criadouros de epidemias, como cólera, febres, tífos, tuberculose, dentre outras pestes.

Assim, Saldiva (2018, pp. 62-63) mostra em seu estudo que, durante a expansão das cidades na Revolução Industrial, houve um aumento na população urbana. Como

¹⁵“Pequenas casas de três ou quatro cômodos e cozinha chamam-se *cottages* e normalmente constituem em toda a Inglaterra, exceto em alguns bairros de Londres, a habitação da classe operária” (ENGELS, 2010, p. 70).

¹⁶ Relato apresentado pelo Pr. Alston e publicado no *The Weekly Dispatch* e divulgado pelo *Northern Star* em 04 de maio de 1844. (ENGELS, 2010).

consequência dessa aglomeração de pessoas nas habitações precárias, ocorreu uma elevação nos níveis de contagiosidade das doenças transmitidas por contato pessoal direto. “A tuberculose é um bom exemplo dessa condição, que ocorria (como também hoje) com mais frequência entre os segmentos da população menos favorecidos”. O bacilo encontrou sua moradia não só nas “cavernas que escavava nos pulmões humanos, como também nas residências pobres e nas calçadas onde habitam os miseráveis”.

As casas, normalmente, não eram acopladas com banheiros, de maneira que os excrementos das pessoas eram jogados em valetas a céu aberto. Chegou-se a uma estimativa de que cerca de cinquenta mil pessoas estariam vivendo nos subsolos de Manchester. Uma série de cidades, ao redor dos polos industriais tornaram-se verdadeiros conglomerados proletários com poucas casas pertencentes aos industriais. De maneira muitíssima conveniente, Engels (2010) afirma que Manchester foi construída de uma forma em que uma pessoa poderia entrar e sair dela inúmeras vezes sem passar pelos bairros operários. A miséria era escondida dos olhares dos outros moradores da cidade. Esse fato poderia determinar que, na verdade, existiam duas cidades em Manchester: a que pertencia aos ricos e aquela destinada aos pobres.

Diante de tal situação, não se pode inferir outro futuro para os proletários senão a baixíssima expectativa de vida nas cidades industriais. Em Liverpool, por exemplo, a longevidade dos operários não passava de vinte e dois anos de idade. Os índices apontados por Engels (2010) deixam claro que cerca de cinquenta e sete por cento dos filhos dos operários não chegavam a completar cinco anos de vida. Num resumo objetivo, o autor menciona que, nas cidades, as doenças do sistema nervoso eram cinco vezes mais numerosas, e as enfermidades digestivas dobravam a sua incidência. As doenças pulmonares eram consideradas duas vezes mais fatais. As crianças morriam frequentemente de epidemias de varíola, escarlatina, coqueluche e sarampo, quatro vezes mais do que crianças que ainda viviam no campo, além das mortes causadas por hidrocefalia e doenças convulsionantes, que eram, respectivamente, de três a dez vezes maiores. Ademais dos altos índices de adoecimento devido ao trabalho extenuante e à falta de infraestrutura adequada nas cidades, nos bairros operários não era nada incomum o exagerado vício do álcool e da prostituição, características essas que perduram atualmente. Também se fazia recorrente os crimes de roubos e furtos. Toda essa situação era suficiente para sustentar a contínua degradação que caracterizava a vida dos operários.

1.2.1 A Industrialização no Brasil: aspectos político-sociais importantes para o processo de urbanização no país

No Brasil, segundo Santos Neto (2015), a forma de viver dos trabalhadores também era precária. Mesmo que o processo de industrialização ocorresse de maneira peculiar devido a sua própria história e posição diante dos países centrais, as mesmas consequências vividas na cidade pelos trabalhadores assalariados ingleses eram vistas no Brasil, sendo diferenciadas pelas particularidades da formação social do país.

Nas palavras de Milton Santos (1996), antes do período industrial, o Brasil era considerado como um grande arquipélago, formado por subespaços que se desenvolviam de acordo com suas próprias lógicas. Sendo um país fortemente agroexportador e predominantemente rural, as cidades estruturadas com estradas, ferrovias, escolas, bancos e moradias, entre outros aspectos, cresceram e tomaram forma a partir do processo de modernização nacional influenciado pelo capital estrangeiro.

Sendo assim, para essa modernização, o capital advindo da cultura do café foi o fator preponderante, (MAZZEO, 1995). É a partir desse período, via substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, principalmente de imigrantes, que a acumulação de capital sofreu uma aceleração e originou os recursos necessários para que o país se industrializasse. Vale a pena reforçar que desde a exploração do trabalho escravo e do regime de colonato¹⁷ houve acumulação de capital, permitindo que o fazendeiro também se tornasse industrial e investisse em seus negócios num processo de modernização do complexo agrícola.

É interessante salientar, ainda, fazendo referência a cultura do café, que a apropriação da terra no Brasil, será a característica preponderante na urbanização do país, pois, a terra urbana será apropriada de maneira mais vantajosa pelos que assim tem melhores condições de apropriação, sendo o imigrante ou o trabalhador brasileiro colocado de maneira desfavorável diante desse processo. (MARTINS, 2013). Esse modo de apropriação da terra de forma

¹⁷“A principal característica do colono era que, ainda que recebendo parte do seu pagamento em dinheiro, não era de modo algum um trabalhador assalariado, como venho indicando. E isso porque produzia diretamente os seus meios de vida, plantando no próprio cafezal, ou fora dele, dependendo da idade dos cafeeiros e de outras restrições técnicas, os gêneros alimentícios de que necessitava. Os excedentes podiam ser, como frequentemente eram, negociados com vendedores e intermediários da região ou com o próprio fazendeiro que, muitas vezes, exigia direito de preferência na sua aquisição”. (MARTINS, 2013, p. 165).

desigual tem seu início ainda na área rural e se apresentará também nos espaços urbanos. Por isso, torna-se crucial o entendimento de como essa desvantagem se apresentou, primeiramente no campo e posteriormente na cidade.

1.2.1.1 A Inserção do trabalho assalariado e a Lei de Terras no Brasil

Com o declínio do trabalho escravo e a mudança para o trabalho assalariado, uma preocupação surgiu para os donos das fazendas de café no sentido de que não mais haveria restrições sociais, jurídicas ou culturais para que esses trabalhadores pobres, aparentemente livres da escravidão, pudessem se tornar proprietários de terra. Para evitar esse “efeito colateral”, formularam-se leis que estabeleciam a restrição da posse de terras no país.

Essa forma de interdição da terra para posse dos menos favorecidos revelou como o solo brasileiro tornou-se mercadoria cara. Martins (2013) declara que a liberdade do acesso à terra até para a simples ocupação (moradia), foi restrita pelo ato de compra e venda. Assim, a legítima aquisição de terras só poderia se dar mediante a negociação e a compra. O interesse do grande proprietário na efetivação dessa lei era completamente explícito:

Um dos benefícios da providência que a Secção tem a honra de propor a Vossa Majestade Imperial é tornar mais custosa a aquisição de terras [...]. Como a profusão em datas de terras tem, mais que em outras causas, contribuído para a dificuldades que hoje se sente de obter trabalhadores livres é seu parecer que d'ora em diante sejam as terras vendidas sem exceção alguma. Aumentando-se, assim, o valor das terras e dificultando-se, conseqüentemente, a sua aquisição, é de esperar que o imigrado pobre alugue o seu trabalho efetivamente por algum tempo, antes de obter meios de se fazer proprietário. (MARTINS, 2013, p. 154).

Dessa forma, a Lei de terras foi um instrumento legal de privação da terra para o trabalhador pobre, obrigando-o a trabalhar para os grandes proprietários, além de monopolizar o solo de todo o território nacional, até mesmo em regiões as quais nunca haviam sido usadas para alguma atividade econômica.

Essa mudança no modo de apropriação da terra, tal qual da forma de trabalho, vai indicar a presença de relações genuinamente capitalistas no Brasil. Essas relações fizeram surgir a indústria nacional a partir do grande investimento dos cafeicultores de São Paulo,

aplicando recursos na construção de ferrovias e em sociedades comerciais: “É todo um grande aparelhamento comercial e industrial que o café brasileiro vai alimentar” (PRADO JR, 2012, p.207). O lucro advindo desses investimentos foi usado para a aquisição de maquinário, modificando profundamente as relações de produção de riqueza brasileira. Santos Neto (2015, p. 22) explica:

A acumulação originada no complexo agrícola agroexportador manifesta-se como fundamento do desenvolvimento do complexo industrial brasileiro. O capital industrial emerge como uma extensão do capital cafeeiro, e uma fração da classe dos empresários do café passa a investir uma parte do capital excedente emanado deste setor juntamente com representantes da burguesia europeia que se deslocam para essas praças. Na condição de representante da Federação das Indústrias de São Paulo e da Confederação Industrial do Brasil, Roberto Simonsen defende a unidade entre a burguesia agrária e a burguesia industrial. No seu entendimento, inexistente contradição entre os grandes fazendeiros e a burguesia industrial, pois um completava o outro.

Isto posto, a nova forma de trabalho fortaleceu o capital para que pudesse ser convertido em maquinário que facilitaria o processo de produção do café. A máquina impôs o seu ritmo e o trabalho foi completamente alterado na lavoura. Conseqüentemente, foram introduzidas na cultura do cafezal máquinas à vapor, ventiladores, secadores, canais de transporte de café e tantas outras variações de instrumentos de trabalho que reduziu o trabalho manual para o processo da colheita do grão, agora mais rapidamente visto na produção devido às melhorias potenciais feitas pela indústria nos processos anteriores de cultivo (MARTINS, 2013). Como resultado, “os grandes fazendeiros conseguiram evitar que a terra se divorciasse do capital, de modo a tornarem-se, ao mesmo tempo, capitalistas e proprietários” (MARTINS, 2013, p. 174). O próprio processo de urbanização advindo da dinâmica do complexo cafeeiro tornou viável e vantajoso os investimentos industriais no país (TAVARES, 1998).

Um fator importante nesse processo de modernização é a inserção de capital estrangeiro na sociedade brasileira, tanto que auxiliou no financiamento de melhorias de infraestrutura para a continuidade do sistema econômico agroexportador do Brasil. Foi um capital que se ligou aos setores mais importantes da economia nacional: “O capital internacional já detinha, desde a segunda metade do século passado, áreas fundamentais para a produção, como os serviços de melhoramentos urbanos, instalações portuárias, fornecimento de energia elétrica etc.” (MAZZEO, 1995, p. 15). Segundo Prado Jr. (2012), desde a segunda metade do século passado o capital estrangeiro financia tudo o que se estabiliza no território brasileiro.

É o que demonstra o estudo de Piquet (1998), quando observa que os serviços urbanos com estradas de ferro, água, esgoto, energia elétrica, telégrafos eram oferecidos por empresas privadas. Ele lembra algumas dessas empresas prestadoras de serviços públicos: uma delas foi *Light and Power*, empresa canadense que aplicava capital inglês para oferecer serviços de gás, água, esgoto, luz, energia elétrica, transportes urbanos e telefones às cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e outras regiões no Brasil. Outros exemplos são a *Electric Bond and Share*, “maior truste mundial de produção e distribuição de energia elétrica”, atuando na Bahia, parte de Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e a *Great Western of Brazil Railway Company*, “que monopolizou o transporte ferroviário no Nordeste de 1873 até 1950” (PIQUET, 1998, p. 18).

As articulações da burguesia nacional em favor do processo industrial estavam correspondendo aos interesses do capital estrangeiro, o que implica dizer que a classe burguesa brasileira pretendia manter a aliança com os países mais desenvolvidos. No Brasil, não existiu e nem existe uma burguesia revolucionária e independente, como aponta Mazzeo (1995); pelo contrário, desde o seu processo colonizador, a formação da burguesia no Brasil foi forjada como dependente e subserviente aos interesses estrangeiros. Estava sempre disposta a acatar os acordos da metrópole, desde que sua economia agroexportadora continuasse a ser o fundamento de sua sociedade.

Essa forma de evolução e de industrialização numa sociedade dependente foi crucial para o desenvolvimento de uma urbanização desordenada e precária, no sentido de que a formação das cidades brasileiras crescia na razão direta do aumento de sua pobreza e de uma força de trabalho superexplorada. Essa subserviência também serviu como um fator de imposição de limites à própria industrialização do país, pois ela estava ligada a algumas áreas específicas, sempre respeitando a divisão internacional do trabalho (SANTOS NETO, 2015).

Essa divisão internacional do trabalho foi desfavorável aos países dependentes como o Brasil. Portanto, a política industrial no país em seus primórdios se constituía como uma rede de proteção à exportação de seus produtos de base, sempre desvalorizando a indústria nacional e o mercado interno em detrimento do capital externo (SANTOS NETO, 2015). Isso quer dizer que o capital internacional se expandiu, realizando-se de forma completa, nos países de capitalismo periférico em busca de matérias primas e novos mercados para os seus produtos manufaturados.

Após o crescimento da indústria para melhoria do cultivo do café, o próximo produto brasileiro que recebeu incentivo foi o algodão, criando uma indústria que perdurou como a mais importante do país durante muito tempo: a indústria têxtil. Essa foi a primeira a ser chamada de grande indústria no Brasil. Já em 1886, aproximadamente 1.200 teares produziam um montante de 12 milhões de metros de tecido (SANTOS NETO, 2015). Então, nas palavras de Prado Júnior (2012, p. 196): “Efetivamente a maquinofatura se iniciará no Brasil com a indústria têxtil que até muito recentemente representará sua parte substancial”. Um claro fator para essa predileção da fabricação de tecidos era o seu baixo custo de meios de produção e sua elevada soma de lucros e de apropriação privada de mais-valia.

Dessa forma, a classe trabalhadora no Brasil, em seu período de industrialização, sofreu consequências semelhantes àsquelas vividas pelos operários europeus. Guerra (2007, p. 32) afirma que, no país, presenciou-se a grande exploração do trabalho infantil nas fábricas:

O uso do trabalho infantil, combinado com o das mulheres, permitia a prática extensiva de salários ainda mais reduzidos para esses dois segmentos dos trabalhadores urbanos. Em média, o salário da mulher na atividade fabril equivalia a cerca da metade do salário do homem, e o do menor a um pouco mais de um terço.

Além dos baixos salários, existiam as extensas jornadas de trabalho e os instrumentos de coerção direta para a extração de mais-valia absoluta. Isso gerou uma farta camada de miseráveis que se aglomeraram em cortiços, moradias precárias e vilas operárias ao redor das fábricas, onde inexistiam quaisquer condições mínimas de saneamento básico (SANTOS NETO, 2015).

Ao longo do desenvolvimento da indústria brasileira, foram criados os grandes parques industriais no Brasil. Assim como crescia a indústria, ainda ligada à economia agrária, cresciam também as cidades no território nacional. Como explica Santos Netto (2015, p. 220), o aumento das cidades no Brasil e o processo industrial no país necessitavam previamente de um contingente de trabalhadores pauperizados:

O crescimento do espaço urbano e o processo de industrialização pressupõem um exército de trabalhadores ativos e inativos carentes dos gêneros de primeira necessidade e dos produtos manufaturados. Subsiste uma unidade de propósitos entre o complexo agrário e o complexo industrial, em que tanto o trabalho escravo quanto o trabalho do imigrante produzem o excedente necessário para que os

senhores de terra possam investir no processo de industrialização desde o final do século XIX.

O crescimento do espaço urbano brasileiro também decorreu do interesse do capital estrangeiro em investir na infraestrutura, sobretudo, nos transportes de mercadorias pelo território nacional para chegar aos portos e rodovias de onde seriam exportadas. De acordo com Mazzeo (1995), a construção de ferrovias e portos e o estabelecimento de energia e meios de comunicação foram as ações iniciais que potencializaram o processo urbanizador no país.

1.2.1.2 A Revolução de 30 e a abertura do país ao capital estrangeiro

É interessante notar que outro fator impulsionador da indústria brasileira foi a grande crise de superprodução do café em 1929-1930. Essa crise evidenciou a regressão generalizada da agroexportação do café e a necessidade de se investir capital na indústria como um meio de superar o momento de recessão. Com a política de Keynes¹⁸ para maior intervenção estatal na economia, como aponta Santos Neto (2015), nesse período a indústria têxtil teve um aumento de vinte e dois por cento.

Nesse mesmo momento também ocorre no país a chamada Revolução de 30¹⁹; isso quer dizer que, em meio à grande crise do café, as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais romperam com o seu pacto de política café com leite, apontando, cada um, candidatos à

¹⁸“Para Keynes, diante do *animal spirit* dos empresários, com sua visão de curtíssimo prazo e que tem fortes implicações para o investimento e a renda, o Estado – como um agente externo em nome do bem comum, o que supõe uma visão de Estado neutro e árbitro – tem legitimidade para intervir por meio de um conjunto de medidas econômicas e sociais, tendo em vista gerar a demanda efetiva, ou seja, disponibilizar meios de pagamento e dar garantias ao investimento, até mesmo contraindo déficit público, para controlar o volume de moeda disponível, e as flutuações da economia. Segundo Keynes, cabe ao Estado, a partir de sua visão de conjunto, o papel de restabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão como estímulo à economia”. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 85).

¹⁹Para alguns autores a Revolução de 30 marca a revolução burguesa no Brasil, na medida em que retira definitivamente o poder das mãos do latifúndio e o coloca em mãos de setores modernizadores e industrialistas. Para uma historiografia mais recente, a Revolução de 30 é o momento do redimensionamento do capitalismo brasileiro, em moldes modernos, mas não representa um rompimento revolucionário com a dependência e a subordinação do capitalismo nacional frente aos polos desenvolvidos do capitalismo. Pensamos que o processo que culminará no movimento de 1930 representa a solução modernizadora que, no entanto, não se desvincula da “via prussiano-colonial” do capitalismo brasileiro, mas, ao contrário, a confirma e a expressa. (MAZZEO, 1995, p. 31-32).

presidência do Brasil. Pelo estado de São Paulo, concorria Júlio Prestes; pelo estado de Minas Gerais, Getúlio Vargas. As eleições indicaram como vencedor da disputa o paulista Júlio Prestes. Entretanto, no dia 03 de outubro de 1930, dois dias após as eleições, foi dado um golpe de Estado, o qual consolidou no poder o emblemático presidente Getúlio Vargas. Esse golpe efetivou, segundo Mazzeo (1995), uma relocação do poder, que saía das mãos dos latifundiários e passava para os setores modernistas do país, além de haver dado fim à denominada República Velha (1889-1930). O caráter real dessa revolução consistia em reorganizar, entre os setores burgueses, a divisão da economia e da política brasileira, sendo um grande passo em favor dos setores modernistas.

Esse novo poder político tornou-se crucial para o desenvolvimento das ações de industrialização no país. O governo centralizador conseguiu sustentar as bases da indústria; assim, o aumento exponencial do setor das máquinas no Brasil continuou até o final da Segunda Guerra Mundial, deslocando o eixo de comando do âmbito rural para o urbano. Nesse período, Mazzeo (1995) lembra que foram criadas instituições importantes para o desenvolvimento nacional: o Conselho Nacional do Comércio Exterior, em 1934, para dar suporte ao ingresso do capital estrangeiro no país por meio da exportação agrária; o Conselho Nacional do Petróleo, em 1938; a Companhia Siderúrgica Nacional, em 1940 etc. Diz ele: “É importante assinalar que o controle nacional estatal dos setores de indústria de base só pode ser possível em função das condições históricas do momento, em que a prioridade do imperialismo era, em função da guerra, o escoamento de sua produção e não o controle interno da produção dos países subdesenvolvidos” (MAZZEO, 1995, p. 34).

Nesse período, a indústria que se expandia no território nacional consolidava o imperialismo norte-americano em detrimento do imperialismo inglês da época das grandes construções de estradas e ferrovias. Posteriormente, já no período de Juscelino Kubitschek (JK), apresentou-se em nível nacional o incentivo maior à indústria automobilística.

A indústria de automóveis também fazia mudanças no espaço urbano brasileiro de maneira profunda, e, até os dias atuais, esse setor influencia não só o modo de produção em aspecto geral (como foi o Fordismo e o Toyotismo), como também a própria geografia urbana, criando uma cidade para o carro, e não para o homem. Essa abertura do país para o capital estrangeiro e suas multinacionais foram a base do governo de JK.

Segundo Mazzeo (1995), não há dúvida de que o período Kubitschek produziu a virada do país em direção à “doutrina Truman”. A partir de então, a expansão da economia

nacional atrelou-se ao capitalismo norte-americano, pondo a indústria automobilística como o carro-chefe da modernização. Para ele, a “entrada de vultosos capitais internacionais, a criação de novas empresas estrangeiras, com amplas facilidades, implicara volumosos investimentos públicos e volumosas emissões de moeda. O fato é que, ao final do governo Kubitschek, o país estava mergulhado numa profunda crise inflacionária” (MAZZEO, 1995, p. 43).

Assim, pode-se dizer que o investimento na montagem de automóveis no Brasil serviu, sobretudo, para agilizar o deslocamento das mercadorias de suas áreas de produção até o local de consumo, levando o consumidor aos locais de mercado dentro das cidades, completando o ciclo – da produção ao consumo – para gerar a finalidade do capitalismo – o lucro. Foi assim que o Estado permitiu e incentivou o crescimento da indústria automobilística no território nacional.

Nesse período do crescimento industrial, os centros urbanos aglomeram a força de trabalho que migra das áreas rurais. O processo de modernização da indústria extrapolou os muros das fábricas e chegou ao campo. A mecanização no campo expropriou o trabalho rural dos rurícolas que foram obrigados a se transformarem em trabalhadores assalariados nas indústrias dos centros urbanos. Esse fenômeno contribuiu para que as pequenas cidades, ou espaços em urbanização, tivessem sua dinâmica alterada para uma maior agitação, resultando em centros metropolitanos. Nas décadas seguintes, dos anos de 1960 até os de 1980, registrou-se um índice de trinta e um milhões de pessoas que migraram de áreas rurais em busca da cidade. Conforme Guerra (2007):

A transferência da roça para a cidade, acompanhada por muita mudança forçada da atividade ocupacional, não deixou, muitas vezes, de ser marcada pela humilhação e por privações como as que envolvem a habitação em locais sem infra-estrutura, como ausência de rede de água e esgoto, energia elétrica e calçamento de ruas. (p. 36).

Pode-se, assim, perceber que essa massificação dos trabalhadores resultou em uma urbanização rápida e não planejada, além de uma sociedade industrial que não apresentava coesão entre os trabalhadores urbanos advindos do meio rural.

1.2.1.3 O Golpe militar de 1964

Outro fator que impulsionou o crescimento populacional nos espaços urbanos e a transformação das cidades no Brasil foi o golpe militar de 1964, que permitiu ao capital a consolidação das empresas multinacionais no país. Esse momento solidificou completamente a subordinação do Estado brasileiro aos imperativos norte-americanos, além de também subordinar o campo à cidade.

O golpe miliar de 64 significou uma “associação do capital industrial e comercial ao bancário e o estabelecimento do capital financeiro como elemento motor do sistema” (MAZZEO, 1995, p. 49). Nesse período, a entrada de capitais estrangeiros no Brasil foi favorecida pela política de concessão de créditos e a diminuição de impostos para os agentes externos. Galeano (2012, p. 206) explica:

Sob o governo do marechal Castelo Branco foi firmado um acordo de garantia de investimentos que concedia às empresas estrangeiras virtual extraterritorialidade, com a redução de seus impostos sobre a renda e a outorga de facilidades extraordinárias para desfrutar de crédito, além do afrouxamento do torniquete imposto pelo anterior governo de Goulart à drenagem dos lucros. A ditadura acenava para os capitalistas estrangeiros, oferecendo o país como os proxenetes oferecem uma mulher.

Por conseguinte, devido à política de arrocho salarial e à abertura econômica para o desenvolvimento do capital industrial e financeiro no Brasil, a ditadura militar contribuiu para que, nos centros urbanos, uma classe média pudesse ser formada para consumir os produtos dos parques industriais, produtos técnicos e mais sofisticados. Esse contingente populacional que tinha acesso a esses bens de consumo significava uma parte pequena da sociedade brasileira, já que, nessa época, cerca de cinquenta por cento da população nacional vivia às margens desses privilégios. Logo, a miséria crescia nos centros urbanos também à medida que os monopólios se fixavam no país (MAZZEO, 1995).

Diante dessa realidade, mais ao final do momento ditatorial no Brasil, a política de arrocho salarial, tão enfática, e a composição de uma crise estrutural do capital a nível internacional, que desaguardaria na grande modificação da dinâmica capitalista, tendo o seu apogeu em 1974-75, influenciou tanto na desintegração do governo militar aliado quanto na

formação de uma oposição cada vez mais forte entre as camadas populares, com destaque ao movimento universitário. Toda essa efervescência popular foi um fator crucial para o processo de construção da democracia no Brasil.

Após o enfraquecimento e a decomposição da ditadura militar no Brasil, ocorreu, às custas de muitas movimentações populares, o processo de redemocratização do país, com a volta das eleições diretas para presidente da república e com a promulgação da última carta constitucional brasileira de 1988 (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Nesse período, o capital predominante no país passa a ser o financeiro, devido ao fato de que os bens industriais e bancários se fundem num sistema ainda mais complexo e dinâmico de desenvolvimento do capital. Assim, o setor de serviços ganha amplo incentivo aliado aos bancos como o fundamento primário do sistema de crédito. A indústria continua sendo forte no país, principalmente na metalurgia e no processo de refinamento do petróleo.

Em contrapartida, a cidade passa a ser um espaço completamente voltado à especulação imobiliária e à adequação aos sistemas modernos de tecnologia, criados também para o progresso do modo de produção vigente. As divergências entre as classes sociais são mais vistas nos aglomerados urbanos. Ocorre de maneira crônica a criação dos grandes complexos de favelas e guetos no país, os casos mais emblemáticos sendo observados na cidade do Rio de Janeiro e de São Paulo. Assim, na cidade no século XXI é possível identificar o cenário de regressão de direitos e as diferentes formas de opressão que se expressam nesse ambiente devido à contradição existente entre o trabalho empobrecido e o capital concentrado (PETRAS, 2002 apud CFESS, 2016, p. 09). Diante dessa condição de regressão de direitos, fragmentação dentro das classes sociais e amplo desenvolvimento da ideologia neoliberal, o espaço urbano, na fase do capital monopolista e financeiro, sofrerá novamente mudanças em sua organização, tornando-se um ambiente mais complexo.

1.3 A cidade no capitalismo contemporâneo: dos monopólios ao capitalismo financeiro

O período de rápido desenvolvimento favorecido pela Revolução Industrial fortaleceu o capitalismo, que continuou impulsionando as forças produtivas, expandindo-se e crescendo. As mudanças na cidade foram acontecendo à medida que o modo de produção capitalista se

desenvolvia até chegar ao contexto contemporâneo que caracteriza a terceira fase do estágio imperialista, como entende Lênin (2011, p. 131):

[...] chegado à sua fase imperialista, [o capitalismo] conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos; arrasta, por assim dizer, os capitalistas, independentemente de sua vontade e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa.

Após o boom industrial, e com ele o grande processo urbanizador, evidenciam-se dois aspectos importantes na estrutura do capitalismo: o surgimento dos monopólios e os bancos financeiros. O monopólio tornou-se um fato incrementado pela livre concorrência e pela concentração da produção (LÊNIN, 2011), ou seja, o movimento de *concentração* e a *centralização* de capital são as tendências clássicas de aceleração do monopólio. A *concentração* diz respeito à necessidade de aglomerar grandes volumes de capital para produzir altos índices de mais-valia; ela ocorre, normalmente, em empreendimentos que implicam uma elevada composição orgânica de capital, fazendo com que os grandes capitalistas acumulem uma quantidade “absurda” de recursos.

Já a *centralização* é uma tendência que visa aumentar capital mediante a fusão entre elevados recursos já existentes de origens diferentes. É o que comumente se entende por *cartéis*, *trustes* ou *holdings*: “Os cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, as trocas, os prazos de pagamento etc. Repartem os mercados entre si. Fixam a quantidade de produtos a fabricar. Estabelecem os preços. Repartem os lucros entre as diversas empresas etc.” (LÊNIN, 2011, p. 127).

Esse aspecto da dinâmica capitalista, segundo Netto e Braz (2007, p.177), resultou em uma série de mudanças econômicas. Em menos de trinta anos grupos capitalistas nacionais alteraram “de modo extraordinário a dinâmica econômica”; passaram a controlar grande parte dos mais diversos setores industriais, “empregando enormes contingentes de trabalhadores e influenciando decisivamente nas economias nacionais”.

É assim que o capital monopolista consegue ampliar sua influência e expansão global com o objetivo de gerar e arrecadar mais lucro. Concomitantemente a esse fato, os bancos passaram a ser mais do que intermediários nas transações econômicas. Antes, em sua função inicial, segundo Lênin (2011), convertiam o dinheiro inativo em ativo, ou seja, capital que

poderia ser investido e gerar lucros. Dessa maneira, os bancos reuniam quantidades de recursos e os colocavam à disposição dos capitalistas. Já nessa nova fase do capital, ocorre uma transformação em suas funções, passando a ser o fundamento do sistema de crédito:

À medida que vão aumentando as operações bancárias e se concentram num número reduzido de estabelecimentos, estes convertem-se, de modestos intermediários que eram antes, em monopolistas onipotentes, que dispõem de quase todo o capital-dinheiro do conjunto dos capitalistas e pequenos empresários, bem como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países. Esta transformação de uma massa de modestos intermediários num punhado de monopolistas constitui um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo. (LÊNIN, 2011, p. 138).

Dessa maneira, surge também o monopólio dos bancos. A associação do monopólio dos bancos com o monopólio industrial vai dar origem ao capital financeiro, o tipo de capital predominante na atualidade e que dirige o processo geral de reprodução do sistema capitalista. Como entende Chesnais (2002, p. 02), o capital financeiro é “a forma de capital que se valoriza sob a forma de aplicação financeira e que provém da repartição do lucro das empresas; apresenta-se como a fração dominante do capital, aquela que tem condição de comandar as formas e o ritmo da acumulação”.

Com a incrementação do capital financeiro, o capitalismo inicia de forma mais eminente uma de suas características essenciais: a tendência de expansão constante, um processo de mundialização que o conduz à fase de intensa acumulação do capital denominada de anos dourados²⁰. Esse período compreendeu resultados nunca vistos anteriormente pelo capitalismo, efeitos positivos da elevação das somas de lucro. O modo de produção capitalista vai, então, mercantilizar todas as atividades; avança na área de prestação de serviços, chegando a transformar em mercadorias as atividades ligadas à educação e à saúde, por exemplo. Segundo Netto e Braz (2007, p. 213) os anos dourados “expressam exatamente esta longa onda de expansão econômica (que não foi a primeira a registrar-se na história do capitalismo), durante a qual crescimento econômico e taxas de lucro mantiveram-se ascendentes entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a segunda metade dos anos sessenta”.

²⁰“Entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a passagem dos anos sessenta aos anos setenta, o capitalismo monopolista viveu uma fase única em sua história, fase que alguns economistas designam como os “anos dourados”, ou ainda, as “três décadas gloriosas”. Foram quase trinta anos em que o sistema apresentou resultados econômicos nunca vistos, e que não se repetiriam mais; as crises cíclicas não foram suprimidas, mas seus impactos foram diminuídos pela regulação posta pela intervenção do Estado (em geral, sob a inspiração das ideias de Keynes) e, sobretudo, as taxas de crescimento mostraram-se muito significativas” (NETTO; BRAZ, 2007, p. 195-196).

Essa “longa onda” expansiva de capital vai dar lugar, na segunda metade da década de setenta, a uma recessão generalizada envolvendo todo o mundo capitalista. As taxas de lucro iniciaram um movimento de declínio a ponto de nenhum país de capitalismo central conseguir manter os índices elevados obtidos na década anterior. A crise desse período foi desencadeada por diversos fatores, alguns deles ligados ao aumento do preço do petróleo anunciado pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP).

Nesse contexto de crise dos anos dourados está o movimento dos trabalhadores ligado aos sindicatos e a outros movimentos sociais que propunham uma revolução na cultura e nos costumes, assim como o movimento estudantil e feminista, que ganharam destaque a partir dessa fase do capitalismo no Brasil.

No período que compreende os anos de 1974 e 1975, eclodiu uma longa recessão, invertendo a dinâmica do capitalismo. A partir desse momento até hoje, as crises do sistema voltam a ser mais frequentes e os episódios de retomadas e expansão mais esporádicos. Para conter essa crise estrutural, os monopólios elaboraram uma resposta denominada de “restauração do capital”, amparada em três elementos: a reestruturação produtiva, a financeirização do capital e a ideologia neoliberal (NETTO E BRAZ, 2007).

A reestruturação produtiva foi possível a partir do processo de flexibilização da economia. Isso quer dizer que a produção “rígida” (Taylorista-Fordista)²¹ foi substituída pelo modelo de produção flexibilizada. Nas palavras de Netto e Braz (2007, p. 216), a produção continuou acontecendo em massa, todavia, ela passou a ser destinada a “mercados específicos” com o objetivo de atender a “variabilidades culturais e regionais”, além de procurar alcançar as “peculiaridades dos nichos particulares de consumo”. Nesse processo de reestruturação produtiva, ocorreu a “desterritorialização da produção”; assim, as unidades industriais deslocaram-se para novos espaços no território global (periferias e áreas subdesenvolvidas). Nesses espaços marginais, a força de trabalho era mais barata e poderia ser explorada com maior intensidade.

²¹“Esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho *parcelar e fragmentado*, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária em um conjunto repetitivo de atividades cuja somatória resultava no trabalho coletivo produtor de veículos. (...) uma linha rígida de produção articulava os diferentes trabalhos, tecendo vínculos entre as ações individuais das quais a *esteira* fazia as interligações, dando o ritmo e o tempo necessários para a realização das tarefas. Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela *mescla* da *produção em série fordista com o cronômetro taylorista*, além da vigência de uma separação nítida entre *elaboração e execução*”. (ANTUNES APUD NETTO; BRAZ, 2007, p. 198). *Grifos do autor*.

Além da flexibilização, a incorporação de novas tecnologias advindas dos avanços técnicos e científicos foi essencial para a reestruturação da produção capitalista. Esses avanços, obtidos através da revolução informacional, modificaram o caráter do processo produtivo na medida em que diminuía a demanda de trabalho vivo, substituindo-o por máquinas e modernos processos tecnológicos. “Muito especialmente, a introdução da microeletrônica e dos recursos informáticos e robóticos nos circuitos produtivos vem alterando os processos de trabalho e afetando fortemente o contingente de trabalhadores ligados à produção” (NETTO E BRAZ, 2007, p. 216).

Assim como no processo de flexibilização, a revolução informacional contribuiu para a financeirização do capital. Mediante o avanço informacional, foi possível a comunicação instantânea entre os “agentes econômicos” mundiais, os quais têm suporte na “gigantesca concentração do sistema bancário e financeiro”. Esses agentes econômicos (bancos) passaram a comandar as finanças internacionais. O montante de dinheiro resultante da superacumulação de bancos tornou-se indispensável ao capitalismo, pois esse capital monetário se valorizou mediante juros e, assim, uma parcela dos capitalistas (capitalistas rentistas) passaram a viver exclusivamente da renda do capital monetário (dinheiro). Dessa forma, houve um crescimento exponencial “dessa massa de dinheiro que não é investida produtivamente”. As transações financeiras tornaram-se “dominantemente especulativas” e a financeirização do capital tornou-se uma realidade indispensável à economia capitalista (NETTO E BRAZ, 2007, pp. 230-232).

Para a realização completa das mudanças econômicas advindas da reestruturação produtiva e da financeirização do capital, houve a necessidade da organização de uma ideologia compatível às modificações. Esta ideologia é chamada de neoliberalismo. Essa estratégia é composta por um conjunto de teses liberais e conservadoras que já eram defendidas desde os anos quarenta do século XX por F. Hayek (1899-1992). Acerca do liberalismo de Hayek, Netto e Braz (2007, p. 226) explicam que o homem é considerado um ser “possessivo, competitivo e calculista”, enquanto a sociedade era entendida como um ambiente onde existe a natural desigualdade entre os homens. Assim, a liberdade proposta nessa ideologia era a liberdade de mercado.

Tomando como base as ideias contidas no liberalismo de F. Hayek, o neoliberalismo legitimou o “projeto do capital monopolista de romper com as restrições sociopolíticas que limitam a sua liberdade de movimento. Seu primeiro alvo foi constituído pela intervenção do

Estado na economia”. Os neoliberais demonizaram o Estado e o apresentaram como um “trambolho anacrônico que deveria ser reformado”. Dessa maneira, essas reformas estatais são conduzidas pelos grandes capitais para a supressão e redução de direitos e garantias sociais (NETTO E BRAZ, 2007, p. 227).

Diante dessa realidade, quando o capital tenta, mesmo em meio às crises, manter a elevação das taxas de lucro, chega-se a um momento em que a necessidade de expansão geográfica é indispensável para a acumulação de capital, e, para isso, o capitalismo deveria investir não apenas no aspecto da produção, mas também na circulação das mercadorias com finalidade de concretização do lucro por meio do consumo.

Por conseguinte, o ato de levar e trazer mercadorias de diversas localidades foi cuidadosamente analisado pela classe dominante em seus dois aspectos fundamentais. O primeiro consiste no movimento físico real de mercadorias do lugar de sua produção até o seu local de consumo. O segundo aspecto é o custo real ou implícito ligado ao tempo necessário para que a mercadoria seja consumida pelo seu comprador e o caminho pelo qual as mercadorias são levadas: lojistas, varejistas e operações financeiras (HARVEY, 2006). Por isso, o capital investe alto nas cidades, sobretudo nos setores de transporte e comunicação; realiza mudanças geográficas significativas necessárias à construção de ferrovias, estradas, portos e aeroportos. Ao mesmo tempo em que o sistema capitalista desenvolve suas forças produtivas, dispondo de processos tecnológicos avançados, também investe em informatização, tentando, ao máximo, reduzir os custos indispensáveis à circulação.

A lógica da produção do capital é, prioritariamente, diminuir o tempo necessário dos famosos giros, do tempo de produção e do tempo de circulação: quanto mais rápido a mercadoria for produzida, enviada e consumida, mais lucros chegarão em menos tempo e mais rapidamente outro giro pode ser realizado. Harvey (2006) denomina esse giro do capital no processo de circulação de “tempo de rotação socialmente necessário”, e acrescenta: “os capitalistas individuais que giram seu capital mais rápido do que a média social obtêm lucros excedentes. Aqueles que não conseguem atingir a média ficam sujeitos à desvalorização de seus capitais” (HARVEY, 2006, p. 136). É por essa razão que a ideia contida no famoso ditado “tempo é dinheiro” é tão preciosa para o capital e é essa visão que vai potencializar as mudanças no espaço urbano.

Essas transformações normalmente são urgentes e essenciais porque “se a esfera da circulação não se expande, a acumulação capitalista para”, diz Harvey (2006, p.73). Assim

pode-se entender por que as cidades são modificadas, estruturadas e organizadas para se tornarem a infraestrutura social e física da circulação de capital. Santos (2014) entende que foi com a internacionalização da economia que se tornou possível falar de cidades mundiais, “verdadeiros nós na cadeia de relações múltiplas que dão arcabouço à vida social do planeta” (p. 34). Assim, as cidades tornaram-se maiores e mais complexas. A mundialização do capital permitiu o surgimento de grandes centros econômicos e de megacidades concentradoras de mercados fortes e força de trabalho. Os espaços urbanos passaram a se distanciar ainda mais de uma estrutura natural, absorvendo o movimento do artificial²².

A expansão do capital pelo mundo e o crescimento das cidades também foram beneficiados pelo avanço da ciência²³. O que isso significa? Significa que a ciência, posta a serviço do sistema capitalista, muda o ambiente urbano; o espaço do homem modifica-se a ponto de ser cada vez mais instrumentalizado e regido pela ordem produtiva vigente. É o que entende Lojkin (1997, p.175): “A cidade aparece assim como o efeito direto da necessidade de economizar as falsas despesas de produção, as despesas de circulação e as despesas de consumo a fim de acelerar a velocidade de rotação do capital e, portanto, de aumentar o período em que o capital é valorizado”. Uma vez mais complexas, as cidades logo se desenvolvem como metrópoles, exercendo influência, seja econômica, política ou cultural, sobre uma rede de outras cidades que estão próximas entre si, geograficamente ou mediante a troca de fluxos entre serviços e pessoas. Como exemplo, têm-se cidades como Nova York, Tóquio e São Paulo.

As metrópoles impõem uma espécie de padrão de organização territorial; centralizam em uma área o controle e a subordinação das áreas periféricas da cidade, um tipo de colonização que subjuga e domina os espaços diametralmente periféricos – a periferia. Essa dominação imposta pela centralidade da metrópole tende a modificar as várias relações sociais; revestidas de “novidades”, trazidas pelo avanço da tecnologia, essas relações

²²“As mudanças são quantitativas, mas também qualitativas. Se até mesmo nos inícios dos tempos modernos as cidades ainda contavam com jardins, isso vai tornando-se mais raro: o meio urbano é cada vez mais um meio artificial, fabricado com restos da natureza primitiva crescentemente encobertos pelas obras dos homens. A paisagem cultural substitui a paisagem natural e os artefatos tomam, sobre a superfície da terra, um lugar cada vez mais amplo” (SANTOS, 2014, p. 16).

²³“A lógica desta nova forma de produzir mercadorias implica, por sua própria natureza, um desenvolvimento intenso, amplo, rápido e irrefreável das forças produtivas. Daí porque, a partir de agora, a articulação entre conhecimento e produção passou a ser da máxima importância. O conhecimento científico vai se tornando uma condição cada vez mais importante para a expansão da base material dessa nova forma de sociabilidade. Por isso mesmo, o conhecimento da natureza, das suas leis imanentes, reais, impunha-se como a principal tarefa e tornava-se uma necessidade inescapável” (TONET, 2013, p. 36).

empobrecem as antigas, marcadas pela proximidade de vizinhança, desestabiliza o pequeno comércio local e molda a cidade, não para as pessoas, mas para os automóveis, para a circulação dos consumidores e da própria mercadoria.

As “novas relações” transformam o cotidiano dos cidadãos e constroem vínculos que sustentam o modo de produção capitalista, auxiliando em sua reprodução. Dessa forma, o capital financeiro também se realiza usando o espaço urbano e servindo-se dele para sua acumulação. Entretanto, à medida que avança, o capital aprofunda as suas contradições, aumenta desigualdades e o contingente de miseráveis visto nos espaços das periferias. Nessa linha de entendimento, Carlos e Carreras (2008) dizem que a “cidade central” (metrópole), impondo tal divisão territorial, reproduz as condições do processo de colonização:

[...] [a cidade central] destrói estruturas e relações socioculturais para impor outras de caráter muito mais precário: substitui relações face a face por outras muito mais anônimas; altera as relações de trabalho com contratos de emprego cada vez mais precários; substitui os modos de alimentação, lazer, habitar, de viver, por outros progressivamente padronizados e produzidos em massa. A metrópole tende a impor a “urbanidade” e a excluir todo o não normativo, das formas de trabalho até as formas de cotidianidade. (pp. 13-14).

A segregação dos espaços na proposta de urbanidade delega à periferia a “capacidade” de incorporar a escassez e a miséria geradas pelas nuances do capital alicerçadas em sua natureza contraditória: mais riqueza gerando mais pobreza. Percebe-se essa realidade aqui, na América Latina, uma vez que as habitações geralmente são autoconstruídas de forma deficitária e a infraestrutura mais básica é insuficiente.

Os espaços são caóticos e, em sua maioria, ilegais; as normas habitacionais previstas por lei são burladas, dificultando uma vivência urbana com dignidade. As habitações das comunidades da periferia “procedem da reciclagem, da autoconstrução ou da “apropriação indevida” (CARLOS E CARRERAS, 2008, p. 18). São erguidas em morros ou em espaços de proteção ambiental; estão constantemente propensas à expulsão ou degradação, principalmente, por desabamentos e/ou deslizamentos de encostas em períodos de alta pluviosidade. Esses espaços crescem e se alastram por uma extensa área territorial da cidade, servindo como reservatórios de mão-de-obra metropolitana. Silva (2014), discutindo essa questão a partir de Ramos (2002), lembra que esses espaços, desprovidos de infraestrutura

necessária à qualidade de vida da população, são ocupados pelos trabalhadores de menor poder aquisitivo e com baixa qualificação profissional.

Os habitantes das áreas periféricas não são, suficientemente, atendidos pelos serviços básicos, como o de rede elétrica, saneamento, água potável, dentre outros. As políticas públicas essenciais, como saúde, educação e segurança, são precárias e inacessíveis à população. As taxas de subemprego ou de desemprego são muito elevadas e a população procura estratégias de sobrevivência por meio da economia interna, “obviamente irregulares”, como tratam Carlos e Carreras (2008, p. 18), “baseadas especialmente no comércio ilegal, tanto de bens legais (‘camelôs’ em São Paulo), como também de bens ilegais (drogas, armas, pessoas) que alimentam os circuitos nacionais e internacionais de capital fraudulento”.

As periferias alimentam um comércio bastante lucrativo. Ao manter uma população em tais condições de pobreza e miséria, a sociedade permite a manutenção da criminalidade, alimentando a insegurança nos habitantes de outras áreas urbanas. Isso explica, de certa forma, o fechamento dos espaços mais privilegiados das cidades: os condomínios, uma forma de enclausuramento que requer altos investimentos em segurança particular. Evidentemente, tal investimento ocorre por meio de capitais nacionais ou internacionais com a ampliação do comércio de seguros privados de carros, casas, de vida etc. Além disso há grande investimento de recursos em segurança pública, alimentando o complexo militar nas cidades e formulando uma verdadeira “cultura do medo”²⁴.

Isso pode ser observado no Brasil, quando o Estado passou a intervir profundamente na cidade, usando uma complexa estratégia de militarização para a proteção do espaço urbano. Essa forma mais intensa de intervenção do meio militar adveio da permissão do uso das Forças Armadas para auxiliar nos trabalhos da polícia militar durante e após a realização de grandes eventos. Pode-se lembrar aqui ações desse tipo: as manifestações urbanas de junho de 2013, em decorrência do aumento da passagem de ônibus; e os gastos de dinheiro público para a segurança durante a realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos em 2016. (ANCOP, 2014).

²⁴A cultura do medo, segundo Santos (2017), é uma construção social. Os meios de comunicação, com notícias alarmistas, e o Estado, mediante o processo de militarização das cidades, contribuem com essa construção. Assim, levam a sociedade a elaborar uma representatividade em figura humana denominada de *marginal*: “Alguém que se constitui como antípoda da sociedade formada pelos homens de bem, criando-se, assim, os estereótipos de criminalidade. Quase sempre esses indivíduos são: os vagabundos, sem-teto, moradores de rua, viciados, negros, favelados, maltrapilhos, de maneira geral os pobres. Em decorrência disso, se estereotipa também os lugares do mal, os lugares de onde se originam esses indivíduos. Logo, os crimes e os criminosos estão ligados às favelas (...)”. (SANTOS, 2017, p. 63.).

O Brasil desconsidera as necessidades e as péssimas condições da vida nas periferias; o investimento em políticas essenciais como educação, saúde, moradia e trabalho é subvalorizado quando comparado ao investimento na segurança dos espaços centrais elitizados. Evidencia-se o resultado desses atos: cidades sitiadas, vigiadas, em que se propaga o sentimento de perseguição, de insegurança, de violência, que desagua em mortes prematuras, prisões arbitrárias e controle das populações, sejam essas manifestantes ou não (RODRIGUES, 2012).

A violência contra as comunidades periféricas ou espaços marginais (favelas, morros e guetos), tende a aumentar, legitimada pela ideia de uma guerra contra as drogas. Servem para reforçar a necessidade de distanciar os habitantes dos espaços de megaeventos esportivos; afastando-os a todo custo para garantir a segurança pública nos dias de eventos. Com essa ação militar, pode-se entender acontecimentos gerados pela violência do próprio aparato militar como a Chacina do Alemão e a Chacina da Maré, realizadas nos jogos Pan-americanos de 2007 e na Copa das Confederações de 2013, respectivamente, sediadas pelo Brasil. Dados da ANCOP (2014) mostram que essas operações foram formadas por cercos militares nas favelas com recursos humanos da polícia militar local, da Força Nacional e do Batalhão de Operações Especiais. No total, só no Complexo do Alemão, ocorreram 43 mortes e 85 pessoas ficaram feridas. Já na comunidade de Maré, 11 pessoas foram executadas. Até hoje, essas comunidades são ocupadas pela polícia militar, autorizadas pelo Estado, para a garantia da lei e da ordem, mediante as chamadas Unidades de Polícias Pacificadoras (UPPs). Desde então, uma série de execuções e desaparecimentos de moradores das favelas, os casos mais alarmantes no Rio de Janeiro, vem ocorrendo nas diferentes comunidades.

Essa realidade nesses espaços urbanos traz à tona uma ordem constante de estado de guerra, de terror, imbricando nos cidadãos uma verdadeira extensão de ideias militares, como se a situação de cerco fosse condição natural da população urbana. E isso novamente auxilia no abastecimento do mercado da tecnologia de segurança, fazendo com que, em meio à crise do capital, esses mercados continuem garantindo grandes somas de lucro. Nessa guerra urbana, destaca-se, então, uma visão maniqueísta de bem e mal, entre centro e periferia, estimulando os conflitos e aumentando a violência, classificando os espaços urbanos como os de risco e aqueles livres de perigos, num constante estado de alerta.

Além da militarização do espaço urbano, a metropolização das cidades, antes menos desenvolvidas e agora em crescente expansão, pode ser comparada ao processo de

colonização (CARLOS E CARRERAS, 2008). Como visto anteriormente, esse processo de colonização se refere à construção de espaços geográficos para facilitar a acumulação capitalista em um tempo determinado. Posteriormente, esses espaços urbanos eram reconstruídos num contexto ainda mais diversificado e influenciado pela lógica do capital, com a finalidade de obtenção de maior lucratividade.

Isso quer dizer que os espaços nas metrópoles são arranjados e organizados para servir de mecanismo rentável para o capital, pois “essa cidade organizada e produzida segundo padrões urbanos regulados por normas de ocupação e princípios da propriedade privada do solo” (CARLOS E CARRERAS, 2008, p. 17) se constitui como uma das expressões do controle “sóciometabólico”²⁵ do capital.

O setor imobiliário ganha destaque ao desenvolver ações de construção e reconstrução de locais direcionados para o consumo. Os shopping centers, assim como os condomínios de luxo e os escritórios de negócios (sempre com uso de alta tecnologia), evidenciam o caráter de valor de troca da cidade para valorização do capital, e não de seu valor de uso, para satisfazer as necessidades básicas de todos os seus moradores.

A partir do momento que tais locais são alvos da especulação imobiliária e do setor de construção, a terra urbana ao redor desses edifícios torna-se mais cara. As antigas comunidades que ali viviam são expropriadas do seu direito de morar e se deslocam, aparentemente por espontânea vontade, para espaços periféricos, onde a habitação tem um custo mais baixo; o espaço central da cidade é higienizado, uma metáfora para indicar a expulsão das camadas mais empobrecidas de determinado espaço para que as classes mais altas possam ali se fixar. (CARLOS; CARRERAS, 2008).

Essa relação entre capital financeiro e o setor imobiliário molda a própria arquitetura da cidade, proliferando a construção de edifícios magníficos que necessitam de altos investimentos. Esse número de construções, cada vez mais elevado, vai auxiliar na extensão

²⁵“Forma incontrolável de controle sóciometabólico. A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a mais poderosa – estrutura ‘totalizadora’ de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, ‘totalitário’ – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu ‘microcosmo’ até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos” (MÉSZÁROS, 2011, p. 91).

territorial do próprio espaço urbano a favor do capital e vai ajudar no desenvolvimento da junção de metrópoles, formando as extensas faixas de conglomerados urbanos denominados de megalópoles. À vista disso, a “nova” cidade vai possuir características bem diversas, que permitem facilitar e gerar um ambiente mais favorável à reprodução dos interesses do sistema capitalista.

A lógica da individualização e segmentação proposta pelo capitalismo vai integrar as próprias partes constituintes da cidade, surgindo desse fenômeno os diversos setores urbanos, cada qual especializado em alguma atividade, tal como os bairros dos negócios e investimentos de capital em bolsas de valores, bairros residenciais para cada tipo de classe social, prédios de negócios, redes hoteleiras, espaços de lazer fixados por suas faixas de preços, centros complexos de educação (cada vez mais longe das áreas periféricas).

A indústria se deslocou para as zonas mais afastadas, levando consigo parte da força de trabalho e contribuindo para um processo de suburbanização. Em contrapartida, haverá um crescimento das atividades de serviços que levarão à expansão do eixo empresarial-comercial, fato esse possível devido à mobilidade do capital financeiro que migra de um polo a outro dentro das diversas atividades desenvolvidas no espaço urbano. Dessa forma, “a nova cidade é um instrumento de trabalho, onde os espaços encontram-se classificados, ordenados e separados cuidadosamente de acordo com sua função específica (trabalho, habitação, civismo, lazer, diversão e sociabilidade)” (CAVALCANTI, 2009, p. 82).

A cidade passa a cada momento da história do capitalismo por um processo de “segregação socioespacial”, como diz Silva (2014, p. 201), a partir dos estudos de Ramos (2002), “resultante das relações sociais capitalistas ao produzir um acesso desigual aos meios de produção, circulação e troca de riqueza social”. Quer dizer que as condições de acesso, tanto ao espaço quanto a todos os serviços disponíveis na cidade, dão-se de forma distinta entre as classes sociais. Alguns exemplos podem ser mencionados: a diferença entre os locais de habitação das classes sociais, a disparidade nos equipamentos coletivos, como creches e escolas, e a diferença na forma de transportes para ricos e pobres. Tem-se, assim, uma cidade edificada para um trânsito predominante de automóveis em detrimento das necessidades de locomoção da maior parte da população, sobretudo os trabalhadores, que conta com a deficiência e a precarização dos transportes públicos e coletivos.

Negri (2008, p.130) entende que a segregação socioespacial responde, particularmente, à “classe alta”, já que é ela que “controla e produz o espaço urbano, de

acordo com seus interesses”. A segregação socioespacial, muitas vezes marcada pela segregação residencial, é a expressão da polarização de grupos; é fortalecedora da distância social resultante das divergências econômicas na cidade. Isso implica a constatação de que a segregação é um meio de controle do espaço urbano pelo capital, mesmo que não seja uma característica exclusiva desta sociedade. Na verdade, Negri (2008) também pontua que a divisão social e desigual do espaço advém das cidades de sociedade escravistas como foram os impérios grego e romano. Além da desigualdade econômica, a segregação também era marcada pela diferença cultural das classes sociais, fundamentais para a existência de sociedades divididas.

Com a consolidação do capitalismo, as cidades são tomadas como mercadorias, locais onde ocorrem grandes operações de lucro. A segregação se fortalece em função da exploração do trabalho e, conseqüentemente, do aumento do lucro do capital. Nesse sentido, a cidade passa a ter valor de uso e valor de troca, assim como ocorre com todas as mercadorias. O valor de troca será sempre o objetivo principal do surgimento e da organização das cidades. Nos grandes centros, prevalece o interesse pelos negócios cada vez mais lucrativos, enquanto nos espaços marginalizados as necessidades dos habitantes continuam “invisíveis”.

É importante acentuar que a segregação socioespacial não está ligada apenas à habitação em circunstâncias precárias, mas também à precarização generalizada do modo de vida dos trabalhadores. Nas palavras de Negri (2008, p. 136), habitar em um bairro periférico significa ter “oportunidades desiguais em nível social, econômico, educacional, de renda, cultural”. Esse fato diminui a possibilidade de melhora na condição econômica e social do indivíduo.

Além da segregação socioespacial, a cidade também será modificada mediante ações do Estado, pois este passa a ser um agente territorial importante no espaço urbano. Como apontam Carlos e Carreras, (2009, pp. 12-13), por intermédio de “argumentações de degradação de tecido sociourbano” e de “desuso e degradação do tecido produtivo”, parcerias urbanísticas entre o Estado e o setor privado foram criadas para reurbanizar antigos espaços industriais “como a área de Moema em São Paulo ou da Vila Olímpica em Barcelona para acolher espaços residenciais de alto padrão”.

Já outros locais residenciais que necessitam de reformas para “proporcionar aos habitantes os mínimos serviços públicos e uma qualidade residencial, pelo menos, digna ou oferecer alguma oportunidade de fluidez de circulação e comunicação, recebem escassos

investimentos públicos, talvez um centro escolar de alta qualidade, como o CEU (Centro Educacional Unificado) de Grajaú, em São Paulo, ou espaços verdes monumentalizados, como os de vários municípios ou bairros barceloneses”. Esses locais funcionam como “territórios-reserva” e são assemelhadas às reservas de petróleo, sendo posteriormente reurbanizadas quando uma oportunidade de produção de mais-valia se apresenta. (CARLOS; CARRERAS, 2009).

Assim, quando o Estado atua diretamente no espaço urbano, revela a sua característica fundamental, que é ser um produto da sociedade criado para intervir na contradição irreconciliável entre as classes sociais, assim como entende Engels (2010, p. 213). A criação do Estado, conforme Engels, foi necessária para que os “interesses econômicos colidentes” não se transformassem em uma “luta estéril”. Como um poder, o Estado deveria ser colocado acima de todas as classes sociais, “chamado a amortecer o choque”.

Contribuindo com o conceito de Estado desenvolvido por Engels, Araújo (2016, p. 32-33) acrescenta que o poder estatal, devido a sua natureza, busca “reproduzir a hierárquica estrutura de classes que surge com a propriedade privada enquanto riqueza crescente e crescentemente alienada”, sendo, assim, um componente indispensável para a reprodução da sociedade de classes. Ele não é um produto natural do cotidiano, mas sim, o resultado dos antagonismos sociais, “das relações sociais contraditórias, colidentes, demandando-o historicamente”. Assim, esse poder estatal se tornará um agente territorial que busca organizar o ambiente da cidade, construindo relações sociais cada vez mais anônimas e vínculos de trabalho cada vez mais precários.

Como um agente de intervenção na organização da cidade, o Estado ajusta as estruturas necessárias para a continuidade do ciclo econômico. Isso ocorre também mediante o fenômeno denominado de gentrificação. Esse termo foi elaborado pela socióloga Ruth Glass, em 1964. Anos mais tarde, o geógrafo Neil Smith (2006) já afirmava que esse fenômeno se liga a ações de higienização social. O Estado, então, usa o discurso de revitalização, renovação, ou requalificação de espaços urbanos para higienizar essas áreas que antes eram habitadas por comunidades tradicionais.

O objetivo dessa higienização é preparar o solo para a especulação imobiliária. Smith (2006, p. 85) ainda declara que “o desenvolvimento imobiliário urbano – a gentrificação em sentido amplo – tornou-se agora um motor central da expansão econômica da cidade, um setor central da economia urbana”. Conforme Carlos e Carreras (2008), a gentrificação auxilia na

formação de uma imagem competitiva das cidades frente ao mercado internacional a fim de atrair vários tipos de investimentos produtivos e imobiliários.

Dessa maneira, a infraestrutura das cidades, modificada pelas ações do Estado, evidencia a lógica de mercado. O uso do solo urbano nessas condições visa a apropriação privada do espaço. A intervenção estatal nas cidades, o construir e o reconstruir urbano e o fenômeno da gentrificação expressam as intenções particulares de uma classe social, a classe burguesa, na criação de um ambiente favorável ao controle do capital. E, assim, as questões atreladas aos bairros mais pobres são negligenciadas. Como resultado, tem-se a precarização das cidades.

Já no Brasil, essa precarização do espaço urbano pode ser compreendida mediante a sua dinâmica de ocupação do solo, que, segundo Martins (2013), deu-se de maneira desigual, com violações de direitos básicos. Aqui, a ocupação da terra urbana resultou em processos como a autoconstrução de moradias e a criação crônica de complexos de favelas e comunidades (PIQUET, 1998). Sendo assim, o próximo capítulo diz respeito à maneira como o Brasil se urbanizou e, em meio às suas particularidades e contradições, como estruturou sua política urbana até a atualidade.

SEÇÃO II – O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NO BRASIL E A PRECARIZAÇÃO DAS CIDADES BRASILEIRAS

No presente capítulo, abordar-se-á a forma específica de urbanização do Brasil e sua relação com o investimento do capital financeiro internacional, evidenciando a atividade de autoconstrução de moradias e o surgimento dos grandes complexos de favelas, que expressam o caráter da ocupação desigual e segregada do solo.

Na continuidade do estudo, mostrar-se-á como a política urbana se configurou no país por meio do movimento de Reforma Urbana até chegar às conquistas legais, como o Estatuto das Cidades, a criação/extinção do Ministério das Cidades e os Planos Diretores para os municípios. Por fim, apresentam-se as atuais condições das cidades brasileiras, procurando demonstrar a precarização das políticas urbanas e do ambiente da cidade.

2.1 A ocupação territorial no Brasil: O processo de urbanização no país

O processo de urbanização no Brasil instalou-se definitivamente com o desenvolvimento industrial. Com o surgimento das fábricas, a dinâmica do espaço urbano se perpetuou a ponto de mudar o local predominantemente de residência dos brasileiros que saíram do campo e se dirigiram às cidades. Milton Santos (1996) apontou que, em 1940, a taxa de urbanização no Brasil era de 26,35%; quarenta anos depois, essa taxa evoluiu para 68,86%. Dos anos de 1980 até o último censo realizado em 2010, a população urbana brasileira chegou a 84,4% (SALDIVA, 2018).

A partir do processo industrial, o Brasil desenvolveu um espaço urbano que se configurou em um reflexo do sistema capitalista de produção. Segundo Piquet (1998), um sistema denominado de “fábrica-vila operária”, que surgiu nesse período, era parecido com aquele implantado na Inglaterra já no início de sua Revolução Industrial. As diferenças entre eles estão nas particularidades do contexto de cada país. A “fábrica-vila operária” consistia em abrir fábricas em locais mais isolados – as periferias – e, nesses espaços, construir aglomerados urbanos com núcleo nas indústrias.

As empresas erguiam vilas ao redor de seu território, alugando-as aos seus operários, para obter não só o controle do empregado no ambiente de trabalho como também fora dele, em sua moradia. Essas vilas eram a continuação da vida na fábrica, o que mantinha os trabalhadores, permanentemente, no ambiente de trabalho, além de responder ao interesse essencial de acumulação do capital, assim como diz Piquet (1998, p. 23):

A construção de vilas operárias vem, portanto, responder aos interesses da acumulação: garantem um mercado cativo de mão-de-obra; permitem um controle ampliado do capital sobre sua força de trabalho, através (sic) da dominação ideológica e política, e, ainda, possibilitam a diversificação de investimento, uma vez que a instabilidade nos negócios desestimula a ampliação da capacidade produtiva do próprio setor.

Ao redor dessas vilas operárias, a população construía estabelecimentos de diversas ordens mercadológicas, como os cortiços e as hospedarias; eram construções bastante precárias em espaços pouco uniformes. Desses aglomerados de pessoas que o capitalismo visava captar para trabalhar nas fábricas, foram surgindo as favelas, uma espécie de solução encontrada pela própria população para os seus problemas de habitação. Diz Maricato (1982, p. 73):

É principalmente através da autoconstrução que a maioria da população trabalhadora resolve o problema da habitação, trabalhando nos fins de semana, ou nas horas de folga, contando com a ajuda de amigos ou parentes, ou contando apenas com a própria força de trabalho (marido, mulher e filhos). A construção da casa se estende por muitos anos, absorvendo a maior parte das economias conseguidas sempre em prejuízo de outras necessidades, já que o salário é baixo para suprir satisfatoriamente todas as necessidades que tem a classe trabalhadora para se reproduzir, em meio urbano.

As favelas, pois, são marcadas pela característica de autoconstrução de habitações pela classe operária; trata-se de uma condição habitacional comum aos países latino-americanos. Essa precarização da habitação nas cidades leva-nos a perceber o quanto o arcaico e o novo mesclam-se na formação urbana da sociedade brasileira. A habitação autoconstruída pelo trabalhador para suprir sua necessidade de moradia era comum nas áreas rurais, numa economia agrária, e acabou encaixando-se no interesse do capital industrial brasileiro. A forma de moradia precarizada agravou ainda mais a condição de vida dos trabalhadores que,

sem descanso, eram obrigados a trabalhar mais em seus momentos de ócio para conseguir um local de moradia que estivesse de acordo com seus recursos.

Com o passar do tempo, essas ações de autoconstrução de habitações ampliaram-se sobremaneira. Os trabalhadores construíram igrejas, escolas, creches e centros comunitários. Nos finais de semana se reuniam para planejar melhorarias nos bairros onde habitavam (PIQUET, 1998). As ações da população para melhorar os espaços habitados passaram a fazer parte da urbanização do país, pois o Estado isentava-se da responsabilidade de manutenção das habitações e dos bairros onde viviam os trabalhadores. Segundo Maricato (1982), no início da industrialização do país, em diferentes regiões do estado de São Paulo, por exemplo, 50% das habitações foram autoconstruídas.

Ao habitar nas cidades por meio da autoconstrução de moradias, os trabalhadores, também, enfrentaram condições precárias nas políticas de saúde e de saneamento básico. Como consequência, houve um alto índice de doenças contagiosas provenientes da falta de higiene nessas habitações e da contaminação nas fontes de água que abasteciam esses bairros. Piquet (1998) aponta que bairros inteiros surgiram desses ambientes desprovidos de serviços básicos para a reprodução da vida dos trabalhadores. Na cidade do Rio de Janeiro, as vilas operárias deram origem a bairros como Vila Isabel e Gávea, os quais estavam ligados à indústria têxtil local. Em São Paulo, surgiram bairros como a Lapa e Moca. No Nordeste, tem-se, por exemplo, a cidade de Recife, cujas vilas industriais deram origem ao município de Jaboatão dos Guararapes e aos bairros de Afogados e São José.

Com o aparecimento dos espaços periféricos, os centros das cidades passaram a ser ocupados por órgãos da administração pública, autarquias judiciais, locais de comércio e de cultura como teatros, cinemas, entre outros. Enquanto o centro das cidades concentra a oferta de serviços urbanos, ao redor constroem-se as residências das classes mais altas, privilegiadas pela boa localização. Já as favelas, nas palavras de Cavalcanti (2009, p.119), são as moradias dos criminosos, mas também o lugar onde mora o trabalhador. É o local onde “se mora mal, mas se mora barato”; local insalubre, mas a melhor (ou única) opção para os que não têm condições de habitar na “cidade legal”. Com todas as suas contradições, a favela surge e permanece na paisagem dos grandes centros urbanos. Em sua maioria, seus moradores são os “indivíduos alijados do mercado de trabalho formal”, sustentando-se mediante o mercado informal ou do subemprego, dependentes das determinações da cidade “da qual não faz parte,

aquela que pertence à burguesia, aquela que é materializada pela vocação do urbano pelo progresso” (idem, ibidem).

Dessa maneira, a cidade brasileira, a partir da industrialização, “não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano” (MARICATO, 1982, p. 33). Por esse motivo, o ambiente urbano se consolidou como um espaço a serviço do modo de produção capitalista.

À medida que o capital se expandia e se complexificava, o desenvolvimento econômico acontecia de maneira diferente nas regiões do Brasil. Santos (1996) afirma que, após a chegada do café em São Paulo, monocultura que arrecadou os recursos necessários para a realização da modernização no país, os estados da região Sudeste urbanizaram-se mais rapidamente. Em 1940, a região Sudeste já tinha um nível de 39,42% de urbanização. Ainda segundo o mesmo autor, nos anos de 1960 e 1980 os índices chegaram a 57,36% e 82,79%, respectivamente. Fazendo uma comparação com o Nordeste do Brasil, em 1940, a taxa de urbanização chegava a 23,42%, e, nos anos de 1960 e 1980, os números marcavam uma taxa de urbanização de 34,24% e 50,44%, respectivamente.

Deste modo, o processo de urbanização no Brasil foi diferenciando-se entre as regiões; foi acontecendo de maneira mais rápida no Sudeste e mais lenta no Nordeste. Milton Santos (1996, p. 60) declara que os índices de urbanização no Nordeste “ficam estagnados ou evoluem lentamente”. Apenas nos anos sessenta a situação começa a mudar “graças ao desenvolvimento das comunicações e do consumo e à amplitude maior do intercâmbio com as demais regiões do País”. Em paralelo com os dados mais atuais, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2015), 93% da população na região Sudeste vive em área urbana; portanto, essa região permanece como a mais urbanizada do país.

Já na década de 1970, ocorreu no país um aumento das cidades médias²⁶, que posteriormente se desenvolveram em metrópoles, contendo uma população mais densa, um mercado mais consolidado e uma circulação de capital mais elevada. Essas mudanças ocorreram devido à atuação do Estado, ainda sob o comando dos militares, nas cidades. A

²⁶“Reside no pressuposto de uma específica combinação entre tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intraurbano, por meio da qual pode-se conceitualizar a pequena, média e a grande cidade, assim como a metrópole. Esse pressuposto, por outro lado, alicerça o esforço de se construir teoricamente esse objeto de estudo, complexo e diferenciado, resultado de um processo de urbanização em contextos econômicos, políticos e sociais heterogêneos em um mundo desigualmente fragmentado e articulado” (CORRÊA, 2007, p. 23).

partir de suas ações, o Estado contribuiu para que o “meio técnico-científico-informacional”, como menciona Milton Santos (1996), modificasse o espaço urbano para facilitar o processo de circulação de capital. Assim, ocorreram investimentos em infraestrutura, biotecnologia, eletrônica, cibernética e informática, com a finalidade de organizar o espaço urbano e transformar o modo de vida nas cidades. Mesmo com esses incentivos, Santos (1996) esclarece que os serviços urbanos básicos e necessários às classes mais empobrecidas, nos lugares mais precários das cidades, permaneceram negligenciados. Essa conjuntura urbana e social contribuiu para um processo de segregação socioespacial e violência urbana.

A década seguinte (1980) mostrou um aumento da violência urbana no Brasil. Fernando e Valença (2004, pp. 19-20) apresentam dois exemplos de violência urbana, a partir de 1980: o massacre do Carandiru em São Paulo e a execução de crianças de rua na Candelária, no Rio de Janeiro. Outras expressões de violência urbana também foram reveladas pelos autores, tais como: o tráfico de drogas, os crimes de rua, a corrupção policial, os acidentes de rua, a violência doméstica e o racismo.

De acordo com Maricato (2015), a violência urbana também se expressa mediante o trânsito nas cidades. Mesmo sendo uma expressão da modernização da sociedade, do desenvolvimento econômico e social, o trânsito no Brasil tem sido classificado pela Organização Mundial da Saúde, em 2015, como um dos mais perigosos do mundo. Segundo dados da autora Ermínia Maricato (2015), no ano de 2011, apenas na cidade de São Paulo, 1.365 pessoas que sofreram acidentes de trânsito vieram a óbito. Ainda se referindo à quantidade de pessoas que morreram, 45,2% dessas vítimas foram atropeladas, fato este que mostra a insegurança do pedestre. Diante dessas expressões, entender a violência urbana é fazer uma inserção “no debate mais amplo sobre a desigualdade e a exclusão social” (FERNANDES; VALENÇA, 2004, p. 19-20).

Esse “Brasil Urbano”, como classifica Fernandes e Valença (2004), expressa violência e mostra os contrastes existente entre ricos e pobres. Os autores vão mais além e afirmam que o Brasil é uma país de exclusão social, de “processos de desigualdade regional e fragmentação urbana” que resultam em uma exacerbada segregação socioespacial e exclusão social.

A década posterior, nos anos de 1990, foi marcada pelas iniciativas neoliberais que resultaram em mudanças políticas, econômicas e territoriais. Essas transformações

aconteceram devido ao processo de mundialização do capital²⁷. A política econômica predominante passou a ser a flexibilização, a regressão de direitos sociais, a precarização do trabalho e o alto incentivo tecnológico em função dos interesses econômicos (NETTO; BRAZ, 2007).

Nesse contexto, a cidade de São Paulo torna-se o lócus econômico do país, concentrando trabalhadores mais qualificados, instituições financeiras, redes de empresas multinacionais e transnacionais, tornando-se uma cidade global. Essas transformações expressaram a velocidade com a qual a cidade foi organizada para atender as demandas do capital. Já as demandas sociais na cidade – infraestrutura de bairros periféricos, por exemplo – levaram mais tempo para serem respondidas. Saldiva (2018, p. 19) menciona como ilustração a Zona Leste da cidade de São Paulo, local em que, no final dos anos 1970, iniciou-se a criação do bairro Cidade Tiradentes. Nesse território, “erigiram-se 40 mil unidades habitacionais, ocupadas por cerca de 200 mil pessoas que passaram a residir em uma região sem a infraestrutura adequada em termos de transporte, educação, saúde e segurança”. Esse ambiente foi destinado à construção de um bairro para as classes mais empobrecidas. “Infelizmente, a mesma situação ocorre ainda hoje em diferentes partes do Brasil”, observa o autor.

Como consequência dessa demora em relação às ações de infraestrutura nas cidades, problemas estruturais permaneceram nos espaços urbanos brasileiros. Dentre eles, a impermeabilização do solo devido ao uso de asfalto em extensas áreas das cidades, dificultando o escoamento de água resultante dos períodos de alta pluviosidade. Assim, há a contaminação da população e ocorre deslizamentos de encostas e morros, áreas onde habitam as classes mais pauperizadas, trazendo problemas sanitários e agravando o estado de adoecimento dos trabalhadores.

Essas condições, nas palavras de Milton Santos (1996), resultam no processo de involução, no qual há uma piora generalizada no modo de vida e habitualidade dos cidadãos. Diante desse contexto, a população mais prejudicada pela falta de ações e políticas urbanas de infraestrutura se organizou em movimentos sociais. Esses movimentos populares tinham como objetivo a reivindicação de uma organização do espaço urbano que também atendesse

²⁷Também conhecida como globalização: “o grande capital quer impor uma *desregulamentação universal* – que vai muito além da “desregulamentação” das relações de trabalho. O objetivo declarado dos monopólios é garantir uma plena liberdade em escala mundial, para que os fluxos de mercadorias e capitais não sejam limitados por quaisquer dispositivos. (NETTO E BRAZ, 2007, p. 228). *Grifos dos autores*.

às necessidades das comunidades mais empobrecidas. A partir dessa luta, foi possível o surgimento do Estatuto das Cidades e de políticas públicas urbanas, como as de saneamento básico e de acessibilidade urbana. Assim, no âmbito legal, ocorreram conquistas que, paulatinamente, foram se concretizando na realidade social do Brasil.

2.2 A Política urbana no Brasil

As fragilidades das cidades brasileiras, com as mudanças econômicas e sociais dos anos 1980-1990, terminam por fazer surgir os movimentos sociais urbanos como forma de atender às necessidades das populações mais empobrecidas, um acontecimento importante para a obtenção de conquistas constitucionais e para a institucionalização do direito à cidade. Assim, no ano de 1986, os movimentos sociais urbanos elaboraram formalmente o conjunto de suas reivindicações, publicando o documento intitulado *Proposta de Emenda Popular da Reforma Urbana*. Esse documento foi construído de maneira coletiva com o apoio de entidades nacionais: Articulação Nacional do Solo Urbano, Federação Nacional dos Engenheiros e dos Arquitetos, Coordenação Nacional das Associações de Mutuários do BNH, Movimento Nacional pela Reforma Urbana, Movimento em defesa do Favelado, Instituto dos Arquitetos do Brasil e associações das comunidades locais (SILVA, 1991).

Para esses movimentos sociais urbanos, o conceito de *reforma urbana*, segundo Silva (1991, p. 07), era pensar a cidade mediante uma nova concepção intelectual e moral da sociedade, uma nova “ética urbana” que condenava a cidade como fonte de lucro para poucos e miséria para muitos. Essa ética urbana foi entendida como um conjunto de valores que serviram para guiar os movimentos sociais. Dessa maneira, o conceito de nova ética urbana foi utilizado para que os movimentos populares urbanos levassem a discussão da cidade para o campo político, a fim de fornecer “um horizonte que ultrapasse as questões locais e específicas”.

Os novos conceitos e formas de pensar a cidade, no fim dos anos 1980, contribuíram para levar ao campo político a ideia de direito à cidade, direito de ir e vir no território urbano para todos os cidadãos “sem que seja necessário pagar um tributo àqueles que mercantilizam o solo urbano” (SILVA, 1991, p. 07), pois os que não podiam pagar pela terra mediante

aluguéis, prestações ou tarifas de transporte eram obrigados a permanecer nos “simulacros das cidades”, nos “guetos sociais” (SILVA, 1991).

Assim, no conjunto das reivindicações publicadas no documento *Proposta de Emenda Popular da Reforma Urbana*, a ideia mais importante se concentrava na função social da cidade que apontava para o princípio de justiça social e de condições dignas de vida urbana. Para alcançar esses princípios, as entidades nacionais defendiam o acesso de todos os moradores das cidades às políticas públicas urbanas de habitação, saneamento básico, transporte coletivo público, lazer, educação, segurança, saúde, comunicação, energia elétrica etc. Além do acesso a esses serviços públicos, houve ênfase na gestão democrática das cidades e na preservação do patrimônio ambiental e cultural (SILVA, 1991).

O direito à propriedade também foi foco de debate e reivindicação dos movimentos organizados nas cidades. Defendeu-se como encaminhamento que esse direito fosse submisso ao interesse social e ao “estado social de necessidade”, ou seja, às necessidades das populações residentes nos espaços urbanos (aqui podem ser dados como exemplo as necessidades de infraestrutura, saneamento básico, iluminação, pavimentação, água potável, etc.) (SILVA, 1991, p. 14). Assim, a proposta das entidades nacionais e das comunidades locais era coibir a especulação imobiliária.

Sobre os serviços públicos que deveriam ser oferecidos pelo Estado, os movimentos sociais urbanos defendiam que, se o setor privado operasse no lugar do poder público, oferecendo serviços urbanos, aquele setor não deveria obter subsídios públicos para a sua operação. Ademais, as taxas a serem fixadas para se ter o acesso aos serviços deveriam ser calculadas de acordo com o salário mínimo e obter autorização do poder Legislativo (SILVA, 1991).

Em relação à gestão democrática das cidades, a *Proposta de Emenda Popular da Reforma Urbana* ressaltou a participação da comunidade na política urbana mediante entidades representativas, tais como conselhos municipais de urbanismo, plebiscitos e audiências públicas. Nas palavras de Silva (1991), sem esses mecanismos de participação popular na política urbana, não seria possível a garantia da justiça social e da realização do interesse social. Dessa forma, também deveria ser autorizado o acesso das comunidades às informações referentes às políticas públicas.

Com os princípios de justiça social, gestão democrática das cidades e direito à cidade, os movimentos sociais urbanos levaram o conjunto de suas reivindicações à Assembleia Constituinte, e, após a promulgação da nova Constituição Federal de 1988, a questão urbana foi tratada em um capítulo especial, pela primeira vez na história constitucional brasileira (SILVA, 1991).

Isto posto, pode-se aqui lembrar o artigo 30º da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Reza o referido artigo que os municípios dispõem sobre a responsabilidade de arcar com a promoção do ordenamento territorial mediante o controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano. Já o artigo 182º da Constituição Federal (BRASIL, 1988) diz que a política urbana tem como objetivo o bem-estar social e o “pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade”. Ainda neste artigo, a Constituição prevê que os Planos Diretores sejam organizados pelos municípios com aprovação pelas câmaras municipais, sendo obrigatório para todos os municípios com mais de vinte mil habitantes, o que se torna o guia para o desenvolvimento e a expansão dos espaços urbanos brasileiros. Na sequência, o artigo 183º (BRASIL, 1988) versa sobre o direito de domínio de um território, caso uma família use-o para fins de moradia por cinco anos ininterruptos e sem oposição, desde que não seja proprietária de nenhuma outra área urbana ou rural.

No que se refere aos Planos Diretores para os municípios, Cymbalista e Santoro (2009, p. 05) declaram que, a partir da Constituição Federal de 1988, esses Planos foram criados com a função estratégica de “definir exigências para o cumprimento da função social da propriedade urbana”, sendo este um instrumento básico para o desenvolvimento da política urbana e sua expansão. Assim, o direito de propriedade urbana estaria de acordo com o artigo 5º da Constituição Federal (BRASIL 1988), o qual afirma que a propriedade urbana não deve beneficiar apenas o seu proprietário, mas também atender as necessidades da sociedade, respeitando o bem comum. É importante salientar que a Constituição entende a cidade como território, como faixas de terra delimitadas geograficamente. É com base nessa concepção que as políticas públicas urbanas são desenvolvidas.

Dessa maneira, cada município com população acima de vinte mil habitantes organizou o seu Plano Diretor, seguindo as orientações descritas na Constituição Federal de 1988. Os municípios de São Paulo e Rio de Janeiro foram os primeiros a construírem seus Planos Diretores. A partir da década de 1990, outros municípios também iniciaram o processo de criação do Plano Diretor, dentre eles Belo Horizonte e Natal. De acordo com Maricato

(2006, p. 216), a obrigatoriedade da elaboração dos Planos Diretores para os municípios com mais de vinte mil habitantes, tendo nessa elaboração a participação da comunidade e “inclusão de instrumentos que garantam a função social da propriedade, é uma oportunidade única para ampliar o debate político e para formar militantes para a luta por uma cidade mais justa”.

Com a criação dos Planos Diretores, os movimentos populares urbanos ganharam força e permaneceram reivindicando políticas urbanas de interesse social. Nessa conjuntura, já no ano de 2001, o Estatuto da Cidade foi criado mediante a Lei 10.257 de 10 de julho de 2001. A criação do Estatuto da Cidade reafirmou a gestão democrática das cidades e a centralidade do poder público na política urbana, além de demonstrar quais as diretrizes que deveriam reger os Planos Diretores. Dentre elas, podem ser elencadas: o caráter de propriedade urbana em cumprimento de uma função social; atendimento das necessidades dos habitantes; qualidade de vida; justiça social e o desenvolvimento de atividades econômicas nos municípios.

Segundo o artigo 01º da Lei 10.257 de 10 de julho de 2001 (BRASIL, 2001), o Estatuto da Cidade “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança, do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental”. Para tal objetivo, o Estatuto traz diretrizes gerais, as quais devem ser respeitadas no processo de construção dos Planos Diretores municipais.

Em seu artigo 40º, o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) estabelece o Plano Diretor como um “instrumento básico da política de desenvolvimento urbano”. Sua revisão pelos municípios deve ser realizada a cada dez anos. Durante sua vigência e renovação, devem ser feitas audiências públicas e debates para garantir a participação popular. Todas as informações relacionadas ao Plano Diretor, sua renovação e o acesso as políticas públicas urbanas têm permissão para serem acessadas pelas comunidades locais.

Desse modo, o Estatuto da Cidade demonstra que os Planos Diretores precisam ter como objetivo a orientação do crescimento dos municípios, definindo os seus vetores de crescimento urbano. Logo, o município, o Poder Legislativo e a sociedade têm o papel de conduzir a elaboração desse Plano em quatro etapas. A primeira etapa, segundo Cavalcanti (2009, p. 153), é a leitura da realidade local de cada município. Para isso, deve ser feita uma coleta de dados e informações de como e onde vivem as pessoas desse território. Indicadores socioeconômicos também devem ser analisados de maneira criteriosa para que haja uma

“caracterização da população” e que não ocorra “distorções da realidade que possam comprometer o processo”. Essa “leitura comunitária” tem a finalidade de garantir a visualização e o entendimento do viver das pessoas nesses municípios e relacionar essa vivência ao funcionamento do território onde residem, permitindo, assim, uma “ampla percepção da dinâmica urbana”.

A segunda etapa da elaboração de um Plano Diretor corresponde ao uso das informações colhidas na primeira etapa como base para dar respostas aos questionamentos e conflitos gerados no município. É a reflexão de como sanar tais conflitos e quais estratégias seriam eficazes para cada região estudada. Já a terceira etapa desse processo consiste na escolha dos meios que serão usados para que as propostas definidas na etapa anterior sejam realizadas nos municípios. A quarta e última etapa consiste na estruturação e realização do Plano Diretor mediante um sistema de gestão, no qual a participação popular deve estar presente para fazer os ajustes necessários. Assim, o Plano Diretor irá para o momento de apreciação e aprovação, tanto da comunidade quanto dos dirigentes políticos locais.

Além dessas considerações acerca dos Planos Diretores, o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) traz em suas diretrizes pontos importantes que têm sua ênfase na participação popular na gestão das cidades, assim como no compromisso com o direito às cidades sustentáveis²⁸. Preconiza a oferta de serviços públicos urbanos, como o saneamento básico, a infraestrutura das cidades, moradia, transportes, entre outros. Traz o princípio da isonomia dos agentes públicos e privados na promoção de atividades urbanizadoras.

De acordo com Rolnik (2001), o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), em suas definições, apresenta alguns instrumentos urbanísticos de controle dos preços do mercado imobiliário. Dessa forma, o Estatuto procura coibir a retenção especulativa de terrenos. Áreas desocupadas ou pouco utilizadas que apresentam infraestrutura urbana estão sujeitas ao pagamento de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo e a edificação de parcelamentos compulsórios segundo orientações do Plano Diretor local. Rolnik (2001) demonstra que o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) traz a ideia de *Solo Criado*: locais que não podem ser habitados devido ao risco de desabamento/alagamento; ou ainda, se o solo tem uma excelente condição de infraestrutura urbana, o proprietário não deve ser penalizado ou

²⁸Cidades sustentáveis seriam aquelas planejadas ou organizadas levando-se em conta as condições do meio ambiente. Segundo Alfonsin (2001), a ideia de cidades sustentáveis significa organizar o espaço urbano para atender às necessidades das gerações atuais e futuras, cuidando do ambiente e preservando-o para o uso das próximas gerações.

beneficiado individualmente por uma condição do solo que independe de sua ação sobre a área.

Além da ideia de *Solo Criado*, consoante Cavalcanti (2009, p.148), o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) traz uma concepção de espaço urbano diferente daquela apresentada pela Constituição Federal de 1988. A cidade não é apenas um território ou uma delimitação geográfica, mas, sim, “uma complementariedade e integralidade entre as atividades rurais e urbanas”. Dessa forma, as ações pretendidas mediante o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) visavam proporcionar a “regularização urbana e sua integração” para as populações mais pobres, integrando-as à cidade local.

Sobre a gestão democrática das cidades, o Estatuto da cidade (BRASIL, 2001) apresenta a participação da comunidade também na gestão do orçamento destinado à política urbana. Assim, debates, consultas públicas e audiências devem ser feitas com participação da sociedade civil para que as propostas para o plano plurianual, para a lei de diretrizes orçamentárias e para a lei do orçamento anual sejam avaliadas mediante a perspectiva do interesse social. O intuito dessa participação social na gestão orçamentária é garantir o “pleno exercício da cidadania”.

Com as mudanças apresentadas pela Constituição Federal (1988) e pelo Estatuto da Cidade (2001) para a elaboração e execução da política urbana no Brasil, a conjuntura social tornou-se favorável para a criação de uma entidade nacional destinada a fortalecer ações de organização urbana no país. Desse modo, mediante a continuidade das lutas dos movimentos populares urbanos, foi criado em janeiro de 2003 o Ministério das Cidades, sob o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A estrutura do Ministério das Cidades (2003), de acordo com Maricato (2006, p. 215), baseou-se em três problemas sociais urbanos enfrentados pelas populações desse locais: a questão da moradia; o saneamento ambiental, o que engloba “água, esgoto, drenagem, coleta e destinação de resíduos sólidos”; e a questão dos transportes urbanos – mobilidade e trânsito.

Dessa forma, a finalidade apresentada pelo Estado para a criação do Ministério das Cidades (2003) foi o combate às desigualdades sociais e melhoria do acesso às políticas urbanas. A atuação do Ministério das Cidades (2003) se deu a partir da realização de conferências nacionais sobre a temática urbana e a escolha de delegados que seriam os líderes setoriais, os quais fariam a ligação entre a esfera federal com a população local. No ano de

2003, foi realizada a 1ª Conferência Nacional das Cidades, na qual 2.510 delegados definiram os princípios e diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), lançada dois anos depois, em 2005. Sobre a elaboração da PNDU, Maricato (2006, p. 215) declara:

Para a equipe que coordenou os primeiros passos da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU) no Ministério das Cidades, tratava-se de construir uma nova “cultura” para ocupar um vazio de propostas práticas abrangentes, dar espaço para a emergência dos conflitos, constituir pactos em torno de conceitos, programas e linhas de ações. Buscou-se edificar um espaço público participativo que pudesse resistir à cultura de privatização da esfera pública, bem como ao avanço das imposições antissociais da globalização. A abertura de espaços democráticos nos quais os conflitos possam se expressar não é algo banal na história do país. Trata-se de uma mudança que pode desencadear novas e sucessivas transformações.

Diante desse contexto, para compor a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, o Ministério das Cidades (2003) aprovou propostas para a construção da Política Nacional de Habitação, Política Nacional de Saneamento Básico, Política Nacional de Mobilidade e Transporte. Considerações acerca dessas políticas urbanas foram feitas a seguir. Para a execução da Política Nacional de Habitação (PNH), criaram-se os seguintes programas: Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no ano de 2007, e o Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), em 2009, sendo o MCMV o programa de maior impacto.

Sobre o PAC, Ermínia Maricato (2015, p. 37) esclarece que o programa foi criado para financiar a infraestrutura das cidades mediante obras de construção de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos. O PAC também financiou obras de geração e distribuição de energia elétrica, além de obras na infraestrutura social (esgoto, drenagem, água, lixo, pavimentação e recursos hídricos). Serviu para federalizar o Programa de Urbanização de Favelas; dessa maneira, o governo federal passou a reconhecer a existência da cidade ilegal, requalificando e regularizando áreas ocupadas ilegalmente. “Muitos bairros pobres de um universo gigantesco passaram por projetos de recuperação urbanística, elevando a condição sanitária e de acessibilidade, entre outras”, informa a autora.

Já o MCMV apresentou uma lógica diferenciada em sua execução. Segundo Maricato (2015), a ideia que sustenta o programa é a lógica empresarial. A intenção era de enfrentar a crise econômica desencadeada em 2008, inicialmente no setor imobiliário dos Estados Unidos, crise essa que gerou impactos na economia do Brasil. Dessa forma, o programa federal MCMV construiu habitações para as populações de baixa renda sem levar em

consideração o ambiente no qual esses lotes estavam sendo construídos. Isso quer dizer que, mesmo que os locais escolhidos carecessem de infraestrutura básica, com pobre distribuição de serviços urbanos, as moradias continuaram a ser edificadas com subsídios do governo federal. Consequentemente, o programa MCMV gerou grandes mudanças no ambiente imobiliário brasileiro. Nas palavras de Maricato (2015), desde o ano de 2002 até o ano de 2014, o financiamento para habitação no Brasil permaneceu em ascendência e, no ano de criação do MCMV, houve um aumento de 65% no investimento.

Se observarmos a execução do programa Minha Casa, Minha Vida dentro da Política Nacional de Habitação, conforme esclarece Maricato (2015, pp. 40-41), podemos ver que a Política Urbana no Brasil passou a ser executada preferencialmente no âmbito da moradia em detrimento das outras questões urbanas essenciais (saneamento básico, mobilidade urbana, por exemplo), colocando-as em segundo plano. O Estado deu ênfase às ações de construção de habitações, esquecendo-se do princípio de justiça social preconizado no Estatuto da Cidade (2001) e nos Planos Diretores. Nas palavras de Maricato (2015), a “centralidade da terra urbana para a justiça social desapareceu. Aparentemente a política urbana se tornou uma soma de obras descomprometidas com o processo de planejamento”. Os Planos Diretores permaneceram no campo do discurso e não foram os orientadores desses investimentos e obras públicas de construção. Assim, os interesses do mercado imobiliário e das empreiteiras para a construção de obras viárias ou de “grande visibilidade” foram os guias para aplicação dos recursos públicos. “O que mais se vê na conjuntura atual são planos sem obras e obras sem planos. Seguindo interesses de articulação de capitais, proprietários de imóveis e o financiamento de campanhas eleitorais” (MARICATO, 2015, pp. 40-41).

Foi dessa forma que, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-2016), a política urbana foi regida. Devido às ações pontuais, com ênfase apenas nos programas de habitação, o Ministério das Cidades (2003) tornou-se enfraquecido. Com as mudanças políticas atuais, já no governo do presidente Jair Bolsonaro, o Ministério das Cidades (2003) foi extinto. Por consequência, a pasta ministerial urbana foi associada ao também extinto Ministério da Integração Nacional (1999), formando o atual Ministério do Desenvolvimento Regional (2019). As consequências diretas desse processo de fragmentação da política urbana resultam numa dinâmica de precarização das cidades brasileiras, impactando políticas públicas essenciais, como a saúde, o saneamento básico e a mobilidade urbana.

2.3 A Precarização das cidades brasileiras: condições atuais de saúde, saneamento básico e mobilidade urbana no Brasil

Com as mudanças ocorridas nos espaços urbanos após o desenvolvimento do capitalismo financeiro, a realidade referente às condições de saúde, saneamento básico e mobilidade urbana, para as comunidades periféricas no Brasil, expressa um processo de precarização das cidades. Há uma diferenciação entre os bairros destinados à habitação da classe burguesa e as áreas onde as comunidades marginalizadas residem. Existe, entre as classes sociais, um abismo em relação às condições mínimas de estrutura urbana para a dignidade da vida. Conseqüentemente, as disparidades vivenciadas pelas camadas sociais podem ser analisadas através dos dados e informações a seguir.

2.3.1 As condições de saúde no espaço urbano brasileiro

No que se refere às condições atuais de saúde nas cidades brasileiras, há um ramo da ciência que estuda diretamente o ambiente urbano e saúde, denominado de saúde urbana. Segundo Caiaffa (2008, p. 05), a saúde urbana estuda os fatores de risco das cidades e “seus efeitos sobre a saúde e relações sociais urbanas”. Na saúde urbana, existem os seguintes pilares: “o adensamento de populações; o papel do ambiente físico e social como modelador da saúde das pessoas; a necessidade de aferir os fenômenos tendo como objeto as desigualdades injustas e evitáveis do ambiente físico, social e em saúde e a governança ou governabilidade, como propostas para as soluções para as iniquidades”.

Assim, a saúde tem relação direta com o ambiente onde as pessoas vivem. Nas palavras de Valentim (2010, p. 76), cada localidade tem um papel “próprio de promover ou negar saúde”. As condições de realização da saúde mudam assim como mudam os locais na cidade. Cada bairro, cada comunidade, significa uma nova possibilidade de saúde ou doença. Dessa forma, após as mudanças ocorridas no espaço urbano advindas da modernidade, Valentim (2010) conclui que as localidades, ao longo do tempo, passam a ter maior influência “por forças da natureza ampla”, sendo então necessário avaliar as questões de saúde nas

cidades também de forma ampla, levando em consideração questões que afetam todo o espaço urbano, pois aquilo que é local e global não pode mais se dissociar.

Dessa maneira, diante das atuais condições de habitação e trabalho nas cidades, principalmente, nas periferias, há um aumento considerável das chamadas doenças mentais. Dentre elas, as mais comuns são a síndrome de “burnout”, os distúrbios de ansiedade, estresse e depressão. Saldiva (2018, p.43) apresenta os resultados de estudos de campo realizados pelo Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), os quais mostram que, na cidade de São Paulo, mais de 40% da população já passou ou estava passando por episódios de depressão ou ansiedade graves. Já para todo o país, cerca de 35% dos brasileiros irão apresentar durante a vida algum episódio de ansiedade ou depressão.

Ainda nas palavras de Saldiva (2018), a depressão é a segunda causa de afastamento dos trabalhadores de seus postos de trabalho, podendo se tornar a primeira causa na próxima década. Esse fato evidencia que há um fenômeno de adoecimento coletivo dos trabalhadores nas cidades capitalistas, pois os transtornos mentais tendem a ter maior expressão num ambiente urbano.

A própria reprodução e conservação humana em locais de extrema pobreza, como as favelas, também auxiliam para o aumento da incidência de depressão e de ansiedade ao longo da vida. Um ambiente inseguro, violento e pobre são fatores que influenciam nos casos de doenças mentais. Além disso, os locais e postos de trabalho insalubres, as baixas remunerações, a exploração crescente da mão-de-obra, o trabalho por metas e comissões, o trabalho temporário e a constante insegurança nos empregos também são fatores que podem levar ao desencadeamento de doenças e sofrimentos mentais (MARICATO, 2015).

O ritmo das metrópoles também tem causado impactos nas condições de saúde mental dos trabalhadores. As cidades capitalistas atuais têm funcionado vinte e quatro horas por dia, com serviços de informações e internet em uma conexão ampliada. O dia foi estendido dentro das horas noturnas resultando em prejuízos ao descanso dos cidadãos. Saldiva (2018) explica que a própria química do corpo é afetada pelas tecnologias digitais usadas através dos computadores, smartphones e tablets, pois as luzes emitidas por esses aparelhos prejudicam o sono e a reprodução de hormônios importantes para a saúde física e mental. Com o tempo, devido à grande exposição dos trabalhadores às telas dos aparelhos digitais, a visão também passa a ser afetada. Os turnos de trabalho nas noites e madrugadas também contribuem para esse processo de adoecimento.

Além da depressão e da ansiedade, o estresse tem impactado a vida dos habitantes das cidades brasileiras. O estresse desencadeado ao usar o transporte público urbano tem afetado, sobremaneira, a saúde dos trabalhadores. As longas esperas, a insuficiência do transporte público para o atendimento da população, as grandes distâncias percorridas entre o local de trabalho (centro) e a moradia (periferia), a violência dentro dos transportes coletivos e nas vias de trânsito tem causado alto índice de estresse nas camadas mais baixas da população. Saldiva (2018, p. 53) entende que “a maior parte dos estudos sobre os transtornos mentais no ambiente urbano indica que o risco para o seu desenvolvimento é maior nas regiões mais carentes”. Por essa razão, o autor ainda afirma que “um bom indicador para aferir a desigualdade entre os habitantes” das cidades é a taxa de doenças mentais.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2019), o estresse, as jornadas prolongadas e as doenças excessivas têm contribuído para o óbito de 2,8 milhões de trabalhadores em todo o mundo. Cerca de 36% dos trabalhadores tem trabalhado de maneira excessiva, por mais de 48 horas semanais. Esse número, atualmente, está levando ao desenvolvimento de doenças, gerando um índice de 6,5 mil mortes por dia. Os dados apontam que 31% dos trabalhadores morrem devido ao desenvolvimento de doenças circulatórias, 26% devido a vários tipos de cânceres ligados ao trabalho e 17% devido a doenças respiratórias.

A organização da cidade capitalista também tem contribuído, significativamente, para a criação de um ambiente urbano obesogênico, que, por sua vez, influencia as condições de saúde. Ainda segundo Saldiva (2018), o Brasil é o país líder mundial em sedentarismo. Essa condição tem alimentado os índices de obesidade no país. A organização de um espaço urbano voltado à circulação de veículos automotores tem substituído a mobilidade ativa pelo transporte individual. Assim, a obesidade e o sobrepeso refletem como fator de risco para doenças crônicas como a diabetes, hipertensão arterial e doenças cardiovasculares. Atualmente, mais da metade da população brasileira está acima do peso. Essa condição atinge de forma mais profunda as periferias das cidades.

Cabe lembrar que o sobrepeso e a obesidade não advêm apenas da ingestão de alimentos e do baixo gasto de calorias. É um problema de saúde pública multifatorial, com características tanto genéticas como ambientais. No caso do ambiente, a facilidade de acesso aos alimentos mais baratos e industrializados, com baixo teor nutricional e altos índices de gordura e açúcar, pelas camadas mais empobrecidas da população resultam no aumento do índice de sobrepeso e obesidade nas favelas. Segundo o Ministério da Saúde (2018), capitais

como São Paulo, Rio de Janeiro e Maceió, por exemplo, apresentam taxas de sobrepeso acima de 56% entre homens e mulheres maiores de 18 anos.

Nas palavras de Saldiva (2018, p. 41), os poluentes atmosféricos que predominam nas cidades também contribuem para o ganho de peso. “Estudos de laboratório e clínicos revelam que a exposição à poluição veicular durante a fase embrionária e pós-natal precoce altera as respostas do hipotálamo e o metabolismo da insulina, favorecendo o ganho de peso”. A inalação dessas partículas pode prejudicar a “migração de neurônios para pontos-chave do hipotálamo” e essa condição cria inflamações no organismo e compromete a formação de células receptoras de insulina. Conseqüentemente, uma sociedade precocemente obesa é a construção de uma próxima geração de doentes crônicos. A incidência de doenças do trato alimentar e do estilo de vida combinado ao ambiente são os tipos de agravos que mais têm aumentado no Brasil.

Além dos prejuízos causados pelas doenças mentais e percentuais altos de obesidade, os cidadãos enfrentam doenças do trato respiratório, devido ao grande fluxo de veículos automotores nas vias de trânsito. Segundo a Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP, 2016), 67% da poluição atmosférica lançada por ano advém dos automóveis, logo seguido pelos ônibus, em uma porcentagem de 29%. A poluição do ar na capital paulista, por exemplo, tem sido a causa de 12% das internações por problemas respiratórios, além de alcançar um nível de quatro mil mortes por ano na capital (MARICATO, 2015). Essa poluição causada pelos automóveis é liberada a partir de partículas de fuligem, nas quais podem ser encontrados metais como o chumbo e o cobre combinados a compostos orgânicos.

Essa mistura pode desencadear, segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA, 2018), doenças como bronquite, enfisema pulmonar e câncer de pulmão. Esse tipo de câncer é a segunda doença mais comum na população brasileira. A estimativa é que 13% de todos os novos casos de câncer sejam o de pulmão. No país, no ano de 2015, esse tipo de câncer foi responsável por 26.498 óbitos. Novamente, essas doenças têm atingido profundamente as populações mais vulneráveis das cidades, segundo Saldiva (2018, p. 01):

Os efeitos adversos dos poluentes atmosféricos manifestam-se com maior intensidade em crianças, idosos, indivíduos portadores de doenças respiratórias e cardiovasculares crônicas e, especialmente, nos segmentos mais desfavorecidos do ponto de vista sócio-econômico. Esta é uma situação na qual os que mais sofrem são aqueles que menos contribuem para a emissão de poluentes, caracterizando um contexto de injustiça ambiental, para a qual não existe justificativa ética ou moral.

Esse contexto de injustiça ambiental é intensificado mediante a baixa cobertura de saúde nas cidades. Segundo Maricato (2015, p. 45), “nas periferias metropolitanas, raramente há bons equipamentos de saúde, abastecimento, educação, cultura, esporte etc.” O Brasil convive com a superlotação do Sistema Único de Saúde (SUS) e com as constantes ações de precarização da saúde pública. Um exemplo é a Proposta de Emenda Constitucional 241, a qual versa sobre o congelamento de recursos durante 20 anos para áreas básicas como saúde e educação. Não tendo ajustes de recursos, as ações atuais e futuras de saúde pública não serão suficientes para atender as necessidades dos habitantes das cidades, principalmente daqueles que residem nas áreas periféricas. A deficiência nessas duas políticas fundamentais tem rebaixado o nível de desenvolvimento social e precarizado o ambiente urbano brasileiro.

2.3.2 As condições de saneamento básico nas cidades brasileiras

À semelhança da situação de saúde nas cidades, as políticas públicas referentes às condições de saneamento básico não têm atingido um nível satisfatório com relação às necessidades das populações urbanas. A política de saneamento básico no Brasil passou a ser efetivada mediante a Lei de nº 11.445 de 2007. Segundo essa mesma lei, saneamento básico significa todo o aporte de serviços que prezam por boas condições do meio ambiente com o objetivo de se prevenir doenças, melhorar as condições de saúde e qualidade de vida da população. Dessa forma, Ribeiro e Rooke (2010, p. 18) explicam:

O sistema de esgotos sanitários é o conjunto de obras e instalações que propicia coleta, transporte e afastamento, tratamento, e disposição final das águas residuárias, de uma forma adequada do ponto de vista sanitário e ambiental. O sistema de esgotos existe para afastar a possibilidade de contato de dejetos humanos com a população, com as águas de abastecimento, com vetores de doenças e alimentos.

Segundo a Lei de nº 11.445/07, os serviços de saneamento deverão ser disponibilizados à sociedade mediante a universalização de acesso. Diante de seus princípios fundamentais, a política de saneamento básico deveria ser colocada em prática por meio de ações de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, proteção ao meio ambiente,

limpeza urbana e manejo de resíduos. Essa política, segundo a Constituição Federal de 1988, deverá ser executada pelo poder político municipal, de maneira direta ou indireta, podendo contar com serviços públicos ou privados que prestam serviço ao Estado. Dessa maneira, os municípios devem elaborar e colocar em prática um Plano Municipal de Saneamento Básico, de acordo com a legislação vigente.

A respeito desses Planos Municipais de Saneamento Básico, o IBGE (2018, p. 17) os considera como “instrumentos fundamentais de implementação das Políticas”. Dessa forma, devem englobar todo o território do município e precisam ser reavaliados periodicamente dentro do prazo de quatro anos. Para se ter acesso aos recursos da União com finalidade de efetivação dos Planos Municipais de Saneamento Básico, o IBGE (2018, p. 17) afirma que:

Após 31 de dezembro de 2016, a existência do Plano será condição necessária para o acesso a recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico (§ 2º do Art. 26, Decreto n. 7.217). A existência desse Plano também é condição para a validade dos contratos de delegação da prestação de serviços públicos de saneamento, conforme o inciso I do Art. 39 do Decreto n. 7.217.

Segundo o IBGE (2018), no Brasil, até o ano de 2017, cerca de 38,2% dos municípios declararam possuir o Plano Municipal de Saneamento Básico, enquanto 24,1% estavam com seus planos em elaboração. Fazendo uma comparação com dados regionais, o Nordeste do país é a região com menos municípios que possuem um Plano Municipal de Saneamento Básico (18,6%).

A Lei de nº 11.445/07, mediante a construção da Política de Saneamento Básico, fundamenta os ideais de integralidade e dignidade da pessoa humana. Entretanto, as condições atuais de saneamento básico no Brasil evidenciam o quanto o país ainda permanece distante do objetivo de possibilitar o acesso de toda população urbana ao esgotamento sanitário.

Nesse contexto, o Instituto Trata Brasil (2019) confirma que metade da população brasileira não tem acesso à política de saneamento básico. Já nos espaços ilegais – favelas, comunidades e guetos –, noventa e sete por cento desses locais não possuem coleta e tratamento de esgoto. A legislação vigente não permite a execução da política de saneamento básico nas favelas e comunidades devido à falta de regularização fundiária. Por não

apresentarem documentos legais de posse da terra, os habitantes da cidade ilegal não possuem o direito ao esgotamento sanitário.

Essa precária realidade tem afetado também as condições de educação pública. Na região do semiárido do país que engloba faixas de terras dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Alagoas, Sergipe, Bahia e Minas Gerais, 8,2% das escolas públicas não possuem acesso à água potável. Os funcionários dessas escolas precisam se dirigir à vizinhança mais próxima para ter acesso à água. Cerca de 1.217 desses centros educacionais também funcionam sem banheiros e 80% dos centros educacionais não possuem sanitários adaptados à educação infantil (UNICEF, 2017). Nesses ambientes, 16% dos banheiros que existem foram construídos fora das escolas, constituindo-se como um anexo precário e insuficiente, o que resulta num número de 1.500 escolas que não possuem coleta adequada de esgoto (UNICEF, 2017). Ainda em se tratando de crianças e adolescentes brasileiros, 24,8% deles estão em privação de saneamento básico, segundo informações do UNICEF, já em 2018.

A importância das políticas públicas para as cidades é inquestionável. A falta de saneamento básico influencia diretamente nas questões de saúde pública. Com a falta de coleta e tratamento adequado para o esgoto, doenças infecciosas como a cólera, a dengue e a toxoplasmose aumentam suas taxas de incidência. O crescimento dessas doenças atesta um ambiente urbano precarizado. Tratando-se apenas dos casos registrados de dengue, os dados do Ministério da Saúde (2019) afirmam que pesquisas feitas até fevereiro de 2019 confirmam o aumento de 149% dos casos prováveis da doença, com cerca de mil cidades do país tendo risco de surto. Para dar um exemplo bastante específico do aumento da doença, no estado do Tocantins o número de casos de dengue passou de 210 para 3.085. Sobre essa questão, Saldiva (2018, p. 55) esclarece:

As doenças transmitidas por insetos continuaram a assolar os habitantes urbanos, persistindo até os dias de hoje. Convivemos atualmente com febre amarela, dengue, zika, chikungunya, e outros padecimentos do tipo, indicando que há porções de nossas cidades que ainda exibem um perfil sanitário medieval. Isso se deve à combinação de más condições de moradia e de criadouros de insetos em lixo sólido que torna as nossas cidades cada vez mais febris.

Diante desse contexto, as “cidades febris” tem maior índice de disseminação de doenças contagiosas devido, também, à poluição dos rios urbanos. O despejo de esgoto

diretamente nos leitos dos rios tem contribuído para um ambiente mais doentio. É o que acontece na cidade de São Paulo em consequência da poluição nos rios Tietê²⁹ e Pinheiros. Salgado (2014, p. 60) explica que, no trecho em que o rio Tietê corta a região metropolitana de São Paulo, há o “lançamento de esgotos, efluentes industriais e despejo de resíduos sólidos”. Assim, o rio deixa de ter sua vegetação ciliar para proteção das águas e passa a ser um local de descarte.

Por consequência, o despejo de resíduos nos rios urbanos causa impactos nas condições de saneamento básico nas cidades, além de elevar os níveis das doenças de veiculação hídrica; de mortandade e toxicidade de peixes; contaminação das águas subterrâneas e diminuição da permeabilidade do solo. Essas condições afetam, principalmente, as populações mais empobrecidas que se avizinham aos leitos dos rios. Então, ocorre nessas comunidades o aumento da incidência das chamadas doenças negligenciadas, ou seja, doenças que são consideradas endêmicas nas populações mais pobres, mesmo controláveis e/ou erradicáveis, se não fossem poucos os recursos públicos direcionados à sua contenção, à produção de medicamentos e à pesquisa científica sobre tais doenças.

Com a contaminação dos rios, outra questão que precariza o espaço urbano no Brasil e influencia as condições de saneamento básico é a má administração dos resíduos sólidos resultantes das atividades humanas. Os lixões a céu aberto, que normalmente estão localizados nas periferias das cidades, são um canal de poluição das águas, do solo e do ar das metrópoles. Essa poluição e acúmulo de resíduos sólidos é resultante também da própria lógica produtiva do capital. Segundo Netto (1996), a dinâmica do desenvolvimento tecnológico nos produtos, deixando-os cada vez mais modernos, gera uma substituição de mercadorias de forma mais rápida pelos consumidores, consequentemente, haverá maior descarte dos produtos antigos ou obsoletos. Dessa maneira, há uma acelerada inutilidade dos bens produzidos para que novos produtos sejam adquiridos no mercado. Assim, mediante a “obsolescência programada”, como denomina Netto (1996), o capital acumula riqueza e produz maior concentração de lixo.

No Brasil, esses resíduos sólidos encontram-se em três mil lixões a céu aberto, distribuídos entre mil e seiscentas cidades (ABRELPE, 2019). Nas palavras de Ribeiro e Rooke, (2010, p. 14), esse consumo desnecessário de produtos, que gera uma produção cada

²⁹A mancha de poluição desse rio chega a cerca de 70 quilômetros de distância da cidade de São Paulo. (SALDIVA, 2018).

vez mais crescente de resíduos sólidos, “contribuem para um dos mais graves problemas ambientais no mundo atual”.

Embora a questão ambiental nas cidades seja urgente, há ainda fragilidades nas entidades representativas dos usuários dessas políticas e dos moradores dos ambientes urbanos mais precarizados. De acordo com o IBGE (2018), apenas 17,2% dos municípios brasileiros possuem um Conselho Municipal de Saneamento Básico, sendo o Norte e Nordeste as regiões com o menor número de conselhos em suas cidades. Os Conselhos Municipais de Saneamento Básico são relativamente novos no país, tendo sua expressão mais efetiva a partir de 2007, devido à Lei 11.445. Entretanto, o seu desenvolvimento e ampliação se dão de maneira lenta, com pouca adesão popular. Diante dessa conjuntura, as ruas das cidades, das periferias, estão cada vez mais doentias. As ações de Saneamento Básico têm avançado pouco no país, enquanto gerações nascem e sobrevivem nessas mesmas condições.

A permanência das populações mais vulneráveis em locais com pouca higiene e saneamento também acontece devido à atual situação de mobilidade urbana e acessibilidade no país. Existe, nesse contexto, uma defasagem dos meios usados pelas classes mais empobrecidas para o seu deslocamento nas cidades. Como consequência, um espaço urbano desigual e precário continua sendo reproduzido.

2.3.3 As condições de mobilidade/acessibilidade urbana no Brasil

Assim como as condições de saúde e saneamento básico têm afetado os moradores da cidade ilegal, o acesso aos serviços de mobilidade urbana e acessibilidade também tem gerado impactos e suscitado debates diante da atual conjuntura de precarização do ambiente urbano. A mobilidade urbana é uma política que dispõe sobre as condições de deslocamento das pessoas e cargas nas cidades, tendo em vista a acessibilidade delas, seja por veículos motorizados ou como pedestres.

Apesar de sua importância para o desenvolvimento da cidade, foi apenas no ano de 2012, através da Lei de nº 12.587, que o Plano Nacional de Mobilidade Urbana foi instituído. Esse plano assegura que os municípios acima de vinte mil habitantes devem elaborar e executar sua política de mobilidade urbana.

A Lei de nº 12.587/12 afirma que a Política Nacional de Mobilidade Urbana deve estabelecer o acesso universal ao espaço urbano mediante a gestão democrática das cidades e o Sistema Nacional de Mobilidade Urbana, sendo este um conjunto integrado dos modos de transporte e serviços de infraestrutura. Essa mesma Lei prescreve que a acessibilidade é a facilidade que deve ser disponibilizada às pessoas para a realização de sua autonomia no espaço. Dentre seus princípios estão:

A acessibilidade universal; o desenvolvimento sustentável das cidades, nas dimensões socioeconômicas e ambientais; a equidade no acesso dos cidadãos ao transporte público coletivo; a eficiência, eficácia e efetividade na prestação dos serviços de transporte urbano; a gestão democrática e controle social do planejamento e avaliação da Política Nacional de Mobilidade Urbana; a segurança nos deslocamentos das pessoas; a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do uso dos diferentes modos e serviços; a equidade no uso do espaço público de circulação, vias e logradouros e a eficiência, eficácia e efetividade na circulação urbana. (BRASIL, 2012, p. 03).

Assim, tendo em vista que a mobilidade urbana organiza o modo de locomoção nas cidades, a sua composição precisa ser muito bem administrada. Não só as pessoas, mas também as mercadorias circulam diariamente pelas vias e as facilidades que podem resultar em redução de custos com transportes são bastante atrativas ao capital. O desenvolvimento de transportes cada vez mais velozes e capazes de encurtar o tempo e distância entre cidades e países é uma forma de contribuir para o processo de acumulação de capital, mesmo que essas formas mais rápidas de transporte também tenham causado impacto positivo na população urbana.

Isto posto, atualmente as camadas responsáveis pela administração dos espaços urbanos têm conseguido gerir essa política de maneira a dar maior importância à mercadoria em detrimento das necessidades de mobilidade e acessibilidade urbana dos cidadãos. Embora o discurso legal seja o da universalização do direito à cidade e que mobilidade urbana é sinônimo de desenvolvimento urbano, as circunstâncias de deslocamento nas cidades têm gerado impactos para a população urbana e tem suscitado debates sobre diversos aspectos da locomoção na cidade entre as camadas sociais

As várias horas de engarrafamento enfrentadas pelos cidadãos tem resultado em fragilização da vida urbana. Isso tem ocorrido pela constante elevação dos índices de motorização no Brasil. Concentrando-se na Região Sudeste, cerca de 50% da frota de

automóveis do país encontra-se distribuída pelos estados dessa região. Segundo o Observatório das Cidades (2019, p. 05), entre os anos de 2008 e 2018, “foram acrescentadas à frota brasileira um total de 28,6 milhões de automóveis”. Com esse acréscimo, o Brasil passou a ter uma taxa de motorização de 29,7 automóveis para cada 100 habitantes no ano de 2018.

Essa taxa de motorização contribui para o aumento de tráfego intenso nas cidades. Consoante Maricato (2015), os moradores da cidade de São Paulo, por exemplo, enfrentam 763,79 km de engarrafamento, sendo a velocidade média de um carro no horário de 17h às 20h de 7,6 km/h, velocidade praticamente equivalente a uma caminhada a pé. A diferença entre as classes diante do aumento do tráfego viário é o modo como enfrentam as condições de congestionamento. As classes mais pobres e residentes nas comunidades e periferias não fazem uso de transporte individual, mas, sim, de transportes coletivos, o que agrava e penaliza ainda mais sua forma de mobilidade. As grandes distâncias entre os centros e as periferias contribuem, então, para o encarecimento de um transporte público que ainda é insatisfatório. Por vezes, uma linha de ônibus precisa atender a várias localidades periféricas nas cidades, tornando os percursos mais longos. Ademais, as tarifas de transportes coletivos, que sofrem reajustes anuais, têm pesado na renda mensal dos trabalhadores.

Cidades como Los Angeles, Buenos Aires e Xangai, juntamente com alguns municípios brasileiros, foram pesquisadas com o intuito de se chegar ao conhecimento sobre o impacto na renda mensal gerado pelos gastos com transportes e locomoção. Nas cidades de Curitiba, Florianópolis, Recife e Belo Horizonte, a taxa de gastos com os transportes está acima de 15% do orçamento mensal (MOBILIZE BRASIL, 2019).

Consequentemente, a oferta de serviços de transportes públicos caros e insuficientes tem resultado em restrição de ofertas de trabalho, condições de precária moradia, dificuldade de acesso a outros serviços essenciais como lazer, educação e saúde, direito de ir e vir sobre o território com segurança e redução das perspectivas de superação do *status quo* em prol de obter qualidade de vida. Essa precariedade dos transportes coletivos, segundo relata a ANTP (2017, p. 18), e a questão da mobilidade urbana nas favelas e comunidades “nunca recebeu muita atenção”. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, a maioria dos moradores das favelas “não conseguem pagar o custo do transporte coletivo. Dessa forma, 90% dos deslocamentos dentro das favelas são feitos a pé” (ANTP, 2017).

Se a precária mobilidade urbana tem gerado consequências diretas para as camadas mais baixas da sociedade, a questão da acessibilidade não se dá de maneira diversa, tendo impactos não só na conjuntura atual, como também na futura, devido ao fenômeno do acelerado envelhecimento populacional brasileiro. Segundo o último censo realizado pelo IBGE (2010), 10% da população brasileira é composta por idosos, sendo que as projeções apontam para um percentual de 14% em 2020.

Pensar a cidade para todos, com viés de autonomia para as sociedades, respeitando suas diferenças de locomoção, é o que preconiza a Lei 12.587/12, e a Lei de Acessibilidade 10.098/2000. De acordo com essas legislações, a acessibilidade é classificada como uma “possibilidade e condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação” (BRASIL, 2000, p. 01). Esse direito pode ser exercido tanto em meio urbano como rural por pessoas que tenham deficiência ou condição de mobilidade reduzida (BRASIL, 2000). A Lei 10.048, de novembro de 2000, versa sobre o atendimento preferencial aos idosos, deficientes, gestantes e lactantes, em logradouros, sanitários públicos e transportes coletivos. Sendo assim, falar de acessibilidade é fazer com que os indivíduos, seja aquele com mobilidade reduzida ou não, ter acesso à livre locomoção pelo espaço, podendo chegar de forma segura ao destino planejado.

Com relação àqueles que possuem deficiência, a acessibilidade e a mobilidade urbana tornam-se um desafio nas cidades capitalistas. Os desníveis de calçadas, a falta de rampas nas vias públicas, a não utilização de sinais sonoros nos semáforos, por exemplo, são obstáculos que podem acarretar danos e elevar a dificuldade de locomoção. Segundo o Ministério das Cidades (2006), na cidade de São Paulo, 117 bairros foram analisados e cerca de 62% das calçadas apresentaram irregularidades, bem como 97% dos bairros apresentaram desníveis por conta de declives profundos para passagem de carros. Isso quer dizer que os pedestres concorrem com os automóveis nos espaços da cidade. Devido a essa concorrência, tem-se o aumento de acidentes e óbitos.

Conclui-se, destarte, que há o impedimento do acesso aos equipamentos, serviços públicos e informações disponíveis nas cidades. O planejamento de uma cidade voltada para acumulação de capital é sinônimo mesmo de negligência das demandas sociais necessárias ao mínimo de qualidade de vida das populações mais pobres.

Na perspectiva da classe burguesa, permitir que os trabalhadores possam usufruir de livre acesso ao trânsito na cidade significa facilitar o seu potencial de organização popular. Assim, a segregação espacial, a gentrificação e as condições precárias de mobilidade e acessibilidade urbana são formas de impedir associações entre os trabalhadores em prol da luta por direitos.

Mesmo diante dessa realidade, o Movimento Passe Livre, em junho de 2013, conseguiu ultrapassar as dificuldades para sua organização. Esse movimento social lutou contra o aumento das tarifas dos transportes públicos coletivos, exigindo a gratuidade da passagem nos transportes de massa. O movimento tornou-se nacional e conseguiu resultados positivos em mais de 100 cidades brasileiras. Para esse movimento popular urbano, no entendimento de Maricato (2015, p. 48), o que seria mais importante ter na vida urbana é a mobilidade, o acesso a tudo o que a cidade oferece. Inclusive o “uso do solo, o meio ambiente, a moradia”. Assim, a motivação do Movimento Passe Livre também consistia em lutar contra a “dominação urbana rodoviarista, imobiliária”.

Os resultados diretos desses levantes populares de junho de 2013 foi a criação das CPIs (Comissões Parlamentares de Inquérito) dos transportes públicos em São Paulo; suspensão de obras viárias que apenas valorizavam os automóveis e a especulação imobiliária, que, por sua vez, tinha um custo equivalente a 50% do orçamento da Secretaria Municipal de Saúde; a organização de mais corredores de ônibus nas vias públicas e a rejeição de um alvará de licença para a construção de um aeroporto privado em área de proteção ambiental (MARICATO, 2015).

Apesar dos resultados positivos, há um caminho a ser trilhado em prol da igualdade e da equiparação de oportunidades entre a cidade legal e a ilegal. Há uma luta para a construção de um espaço urbano onde a justiça social se realize. A necessidade de problematizar a questão urbana e o direito à cidade reflete na luta pela Reforma Urbana e pela construção de uma sociedade igualitária. Para isso, é essencial entender todo o processo de produção e reprodução do capital, o surgimento das periferias e a precarização das cidades pelo sistema capitalista. Dessa maneira, como define Cavalcanti (2009, p. 171): “não existe mágica, apenas lutas, conquistas, consolidação e aplicabilidade dessas conquistas; a distância só pode ser vencida se for percorrido o caminho”. Também nesse sentido, Cavalcanti (2009) finaliza afirmando que aquilo que parece ser inacessível um dia, pode ser realidade no outro.

Diante de tais considerações, o conhecimento sobre a realidade urbana, sua população, sua organização, seus desafios, diferenças sociais e seu modo público de gestão deve estar no centro dos debates atuais. A discussão sobre as cidades e a precarização desse espaço indica o caminho para a consciência de uma luta social. Essa luta pode ser unida aos diferentes movimentos populares, numa busca pela gestão democrática das cidades e pelo controle social na política urbana. Isto possibilitaria não só a compreensão da totalidade das questões sociais, mas também potencializaria o teor combativo frente ao modo de organização da vida urbana no capitalismo, que inflige diversas ações de precarização das cidades brasileiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho percorrido neste estudo possibilitou conhecer relações importantes referentes ao processo de precarização do espaço urbano no Brasil. A partir da discussão sobre a organização social do espaço urbano em função do modo de produção capitalista, pôde-se compreender como o desenvolvimento das forças produtivas desencadeou transformações na cidade, e como o modo de produção de riqueza atual tem influência direta no espaço urbano. Nesta pesquisa, portanto, compreendeu-se como o capitalismo tem organizado cidades precarizadas.

Esse entendimento pôde ser possível mediante as análises feitas nas diferentes fases de desenvolvimento do modo de produção capitalista, iniciando a partir das corporações de ofício. Nesse período, as cidades ainda se construía devido ao fluxo espontâneo das populações que migravam do campo para as cidades. Ainda não existia uma formação do espaço organizada intencionalmente, mas o cotidiano e as relações sociais do dia a dia organizavam o espaço urbano. A cidade não era dotada de uma forma padronizada, cujos traços se apresentavam como sinuosos e sem regularidade.

Já no período da manufatura, quando os mercadores/comerciantes começaram a modificar a dinâmica social mediante a compra e venda de mercadorias, levando-as a localidades distantes, a cidade se transformou e passou a ser organizada de forma diferente. A terra urbana tornou-se mercadoria e um artigo de especulação. Sua aquisição não se dava mais de forma espontânea, mas mediante a compra e a venda.

No período da Revolução Industrial, quando o modo de produção capitalista se ampliou e se tornou verdadeiramente o modo de produção vigente, a cidade passou por novas modificações. Nesse contexto, a cidade foi projetada e construída com um propósito específico: formar o ambiente ideal para acumulação de capital. Desse momento em diante, o espaço urbano passou a ser segregado. Os locais com melhor infraestrutura e acesso aos serviços urbanos passaram a pertencer às camadas mais ricas, enquanto os cortiços e vilas serviam de espaço para as classes mais empobrecidas. Nesse período, devido às péssimas

condições de trabalho, os operários passaram a construir suas casas e a viver em condições precárias de saúde, de higiene, de moradia e de locomoção.

Já no Brasil, para que se efetuasse a urbanização foi necessário todo um ajuste político e social em prol da industrialização do país. Financiada pelos capitais advindos da produção de café, a modernização, no Brasil, ocorreu para potencializar a produção agroexportadora, mecanizando o campo para a maior exportação de café. Assim, os donos dos cafezais passaram a ser os industriais do país. Dessa maneira, houve a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado do imigrante.

Preocupados com a ocupação e a posse da terra no Brasil, as classes dominantes da época criaram a Lei de Terras, que não permitia a posse de terra pelas populações mais baixas. A finalidade era evitar que imigrantes e assalariados se tornassem donos de terra no Brasil, mantendo-os, dessa forma, como trabalhadores assalariados.

Nessa época, viu-se o grande investimento do capital estrangeiro no Brasil. Esse fato evidenciou a submissão completa da burguesia nacional aos interesses da classe burguesa dos países desenvolvidos (Inglaterra e, posteriormente, Estados Unidos). Assim, as cidades no Brasil começaram a crescer ao mesmo tempo em que a pobreza e o processo industrial se desenvolviam no país.

Mesmo com a crise da superprodução de café em 1929-30, a industrialização brasileira continuou acontecendo. Após o golpe da Revolução de 30 e a chegada de Getúlio Vargas no poder, o Brasil, mediante um governo centralizador, consolida o processo industrial no país, dando maior ênfase aos setores modernistas da nação.

Mais adiante, no governo de JK, houve maior investimento na indústria por meio da fabricação de automóveis. Essa maneira de industrialização do país consolidou mudanças na organização das cidades. Um ambiente para a circulação dos automóveis era uma das prioridades da organização dos espaços urbanos.

Concomitante ao desenvolvimento da indústria, houve aglomeração de pessoas nos centros urbanos, principalmente nos espaços mais pobres e sem infraestrutura. A modernização do campo expropriou o trabalho rural dos camponeses, fazendo-os deixarem o campo para se oferecer como força de trabalho nas fábricas. Na década de 1960, essa migração atingiu um alto nível. Ademais, com a chegada da ditadura militar, houve maior

empobrecimento da população urbana. As cidades no Brasil passaram a ser artigo de especulação imobiliária, assim como aconteceu anteriormente nas cidades europeias.

No período do capital financeiro, já nas décadas de 1980-90, o Brasil já se apresentava urbanizado, em razão da autoconstrução de moradias e da criação dos complexos de favelas e comunidades. É também nesse contexto que se percebe uma conjuntura de retração de direitos, devido à ideologia neoliberal. Na fase do capital financeiro, pode-se observar, de maneira mais acentuada, as formas de regressão de políticas públicas com consequências na vida urbana, sendo os cidadãos das áreas periféricas os mais vulneráveis e os que menos conseguem ter acesso aos serviços urbanos. Além disso, também foi possível compreender a relação de subjugação das periferias aos centros urbanos, num processo de segregação socioespacial cada vez mais intenso, através do qual é possível perceber as disparidades existentes entre as classes sociais nos espaços urbanos.

Todas essas análises puderam ser feitas à luz da História mundial e brasileira, diferenciando-se suas particularidades. Pôde-se compreender como as cidades emergiram no Brasil, país de capitalismo periférico e de modernização tardia, que teve sua organização do espaço urbano voltada à acumulação capitalista. Pôde-se entender fenômenos como a gentrificação, que retira as populações mais pobres de seus ambientes urbanos, num processo de higienização das cidades. O intuito dessa higienização foi a revitalização de parte da terra urbana que, pela ótica da especulação imobiliária, pode ser útil para a acumulação de capitais. Dessa forma, as populações periféricas são resumidas à ilegalidade, habitando locais com menos infraestrutura e mais riscos à vida, construindo, assim, o que se entende como morros e favelas, espaços físicos e socioeconômicos da urbe brasileira.

Habitando essas localidades de risco, o acesso a políticas urbanas e a políticas públicas em geral torna-se mais difícil. As populações passam a conviver com a deficiência nas áreas de saúde, saneamento básico, mobilidade urbana, sistema de tratamento de água, sistema de coleta e tratamento do lixo, por exemplo. À medida que tais comunidades tendem a crescer, devido à constante exploração do trabalho e empobrecimento da sociedade brasileira, que empurram mais pessoas à periferia, os direitos referentes aos serviços prestados na cidade passam a ter cada vez mais obstáculos para a sua efetivação.

O estudo também pôde associar a precarização das cidades à ascensão do neoliberalismo no país, num constante processo de regressão de direitos e garantias sociais. Diante desse contexto, indo de encontro ao discurso social de progresso urbano ou

revitalização urbana para o desenvolvimento social, essa pesquisa aponta que tais ações do governo tendem a impulsionar a precarização das cidades e o fortalecimento da especulação imobiliária.

Em sua continuidade, a pesquisa também evidenciou a crescente militarização dos espaços urbanos, sendo mais presente esse fenômeno nas zonas periféricas, numa contínua cultura do medo. O que se revelou por detrás dessas ações foi a própria lucratividade do capital através da comercialização de seguros privados de patrimônio.

O resultado desse modo de organização social da cidade no Brasil está apresentado nos índices que revelam as condições urbanas atuais. Esses dados expressam o quanto as políticas públicas de saúde, saneamento básico, mobilidade urbana, tratamento e coleta de lixo nas cidades têm dificuldade para serem realizadas, revelando o contínuo processo de precarização do espaço urbano no país.

Dessa maneira, foi evidenciado o objetivo geral do estudo, o de compreender a precarização do espaço urbano no Brasil no contexto da cidade capitalista. Também foi possível a compreensão dos objetivos específicos da pesquisa: o estudo da organização do espaço urbano a partir do surgimento e desenvolvimento do modo de produção capitalista; a compreensão de como a cidade é usada a favor do capital e a identificação das consequências diretas para a vida urbana mediante os índices de saúde, saneamento básico e mobilidade/acessibilidade urbana no Brasil, demonstrando, então, a precarização da cidade pelo sistema capitalista de produção.

É dessa forma que esse estudo contribui com a sociedade civil, ao mostrar a necessidade de organização popular em prol da Reforma Urbana. A pesquisa também pode auxiliar os profissionais de Serviço Social de posse de informações acerca das condições de acesso dos usuários às políticas urbanas e da forma como foi conduzida a organização do espaço urbano no Brasil. Assim, a pesquisa contribuiu como base para a elaboração de novas estratégias de intervenção profissional dos assistentes sociais, com o objetivo de propor formas de ocupação do solo pelas comunidades tradicionais, de servir de subsídio para reflexões e debates acerca da produção do espaço urbano, além de promover o reconhecimento do acesso à cidade como um direito social.

Cabe aqui mencionar que a pesquisa não se encerra nesse trabalho. Pelo contrário, muitas questões referentes às condições urbanas atuais, tanto em relação às diferentes

populações urbanas quanto às relações existentes com outros campos de análise, como a cultura e a política, por exemplo, ainda precisam ser estudadas para que o conhecimento acerca da realidade urbana brasileira possa ser compreendido em sua totalidade.

Assim, a pesquisa também teve como propósito o estímulo a novas investigações, novas reflexões, novas pesquisas, novos estudos que debatam temas que abrangem a realidade à qual o objeto está posto, permitindo que o conhecimento continue se propagando e se estendendo a inéditas descobertas e perspectivas da realidade social.

REFERÊNCIAS

ABRELPE – Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. *Resíduos sólidos: manual de boas práticas de planejamento*. Disponível em <<https://abrelpe.org.br/residuos-solidos-manual-de-boas-praticas-no-planejamento/>>. Acesso em 2019.

ALFONSIN, Betânia. O Estatuto da Cidade e a Construção de Cidades Sustentáveis, Justas e Democráticas. **Direito e Democracia**. Canela: Canoa, nº 2, p. 309-317, 2001.

ANCOP – Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. *Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil*. 2014

ANTP - Associação Nacional de Transportes Públicos. *Mobilidade humana para um Brasil urbano*. São Paulo, 2017.

_____. *Proposta do Brasil para a redução de acidentes e segurança de viária*. São Paulo, 2011.

_____. *Relatório Geral 2016*. São Paulo, 2018.

BARBOSA, Maria José de Souza; SÁ, Maria Elvira Rocha de. A cidade, a reestruturação produtiva e a nova ordem mundial. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XXIII, nº 72, p. 7-21, novembro de 2002.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: Fundamentos e História*. 9ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Estatuto das Cidades. 3ª ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

_____. Lei nº 10.098 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF. 2000.

_____. Lei nº 12.587 de janeiro de 2012. Regulamenta os artigos 21 e 182 da Constituição Federal, estabelece diretrizes da política de mobilidade urbana e dão outras providências. Brasília, DF. 2012.

BRAYNER, Adriely. *O idoso e o direito à cidade: a questão da acessibilidade para a pessoa idosa*. Trabalho de Conclusão de Especialização Universidade Federal de Alagoas. Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Maceió, 2019.

BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

CAIFFA, Waleska Teixeira. *Saúde Urbana: a cidade é uma estranha senhora, que hoje sorri e amanhã te devora*. UFMG, Minas Gerais, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandro; CARRERAS, Carles (orgs). *Urbanização e Mundialização: Estudos sobre a metrópole*. 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CAVALCANTI, Edson Ricardo Simões. *Olhares sobre a cidade segregada*. Dissertação de Mestrado Universidade Federal de Alagoas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Maceió, 2009.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. IBGE, 2011.

CFESS. *A atuação de assistentes sociais na Política Urbana: subsídios para a reflexão*. Brasília, 2016.

CHESNAIS, F. (2002). A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. Campinas: **Economia e Sociedade**, v. 11, n. 1 (18), jan./jun.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.). *Cidades Médias: Espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 23-33.

CYMBALISTA, Renato; SANTORO, Paula Freire (org). *Planos Diretores: processos e aprendizados*. São Paulo: Instituto Pólis, 2009.

ENGELS, FRIEDRICH. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

FERNANDES, Edesio; VALENÇA, Márcio Moraes (org). *Brasil Urbano*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Porto Alegre: L&PM, 2012.

GUERRA, Alexandre. *Atlas da nova estratificação social no Brasil*, v. 4, São Paulo: Cortez, 2007.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. O direito à cidade. **New Left Review**. Londres, 2008, nº 53, Set/Out, 2008.

HUBERMAN, Leo. *A História da Riqueza do Homem*. 21ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de informações básicas municipais: perfil dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro, 2018.

INCA – Instituto Nacional de Câncer. *Câncer de Pulmão*. Disponível em: <<https://www.inca.gov.br/tipos-de-cancer/cancer-de-pulmao>>. Acesso em 2019.

INSTITUTO TRATA BRASIL. *Benefícios econômicos e sociais da expansão do saneamento básico no Brasil*. São Paulo, 2017.

_____. *Ranking do Saneamento*. São Paulo, 2019.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: Navegando Publicações, 2011.

LOJKINE, Jean. *O Estado Capitalista e a Questão Urbana*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-ômega, 1982.

_____. O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. **Políticas Sociais – Desenvolvimento e Análise**. nº 12, fevereiro de 2006.

_____. *Para entender a crise urbana*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Contexto, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. 1ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. *O capital: Crítica da Economia Política*: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O Capital: Crítica a Economia Política*. Volume I, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

_____. *Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil (origens da autocracia burguesa)*. São Paulo: Ática S.A, 1995.

MÉSZÁROS, István. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. *Programa brasileiro de acessibilidade urbana*. Brasília, 2006.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Boletim epidemiológico nº 13*. Brasil, 2019.

_____. *Obesidade infantil traz riscos para a saúde adulta*. Disponível em: <<http://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/45494-obesidade-infantil-traz-riscos-para-a-saude-adulta>>. Acesso em 2019.

_____. *Vigitel Brasil: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre a frequência e distribuição sociodemográficas de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2018*. Brasília: Ministério da Saúde, 2019.

MOBILIZE BRASIL. Estatísticas. Disponível em: <<http://www.mobilize.org.br/estatisticas/>>. Acesso em 2019.

NEGRI, Silvio Moisés. Segregação Sócio Espacial: alguns conceitos e análises. **Coletâneas do nosso Tempo**. Rondonópolis: UFMT, v. VII, nº 8, p. 129-153.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Transformações Societárias e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XVII, nº 50, p. 87-132, abril de 1996.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Mapa da motorização individual no Brasil 2019*. Rio de Janeiro, 2019.

OIT – Organização Internacional do Trabalho. *Trabalhar para um futuro melhor*. Lisboa, 2019.

PIQUET, Rosélia. *Cidade-empresa: presença na paisagem urbana brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

PNAD. PESQUISA POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS, IBGE, 2015.

PRADO JR., Caio. *História Econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 2012.

RIBEIRO, Júlia Werneck; ROOKE, Juliana Maria Scoralick. *Saneamento básico e sua relação com o meio ambiente e a saúde pública*. Trabalho de Conclusão de Especialização Universidade Federal de Juiz de Fora. Programa de Pós-graduação em Análise Ambiental. Juiz de Fora, 2010.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Os megaeventos na produção e reprodução do espaço urbano. **XII Conferência do Observatório Internacional de Democracia Participativa**. Porto Alegre, 2012.

ROLNIK, Raquel. *O que é a cidade*. 1ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SALDIVA, Paulo. *Nossos doentes pneumopatas e a poluição atmosférica*. J. bras. Pneumol. São Paulo, vol. 34, nº 01, janeiro de 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-37132008000100001>. Acesso em 2019.

_____. *Vida Urbana e Saúde: os desafios dos habitantes das metrópoles*. São Paulo: Contexto, 2018.

SALGADO, Lícia Domeneck. *Rios urbanos: uma abordagem sistêmica considerando saneamento básico e revitalização*. Dissertação de Mestrado Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Engenharia Urbana. Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, Dalton Luís Batista Paulo. *A gestão social do medo na cidade de Natal/RN: cultura, medo e violência urbana*. Dissertação de Mestrado Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-graduação em Estudos Urbanos e Regionais. Natal, 2017.

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. *Metamorfoses do Espaço Habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 6ª ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. *Capital e trabalho na formação econômica do Brasil*. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

SEGURADORA LÍDER. *Relatório Estatístico DPVAT: 1º semestre de 2019*. Disponível em: <<https://www.seguradoralider.com.br/Documents/boletim-estatistico/Relatorio-Estatistico-1-Semestre-2019.pdf>>. Acesso em 2019.

SILVA, Adriana. As raízes da segregação socioespacial na divisão social do trabalho. **Praia Vermelha**. Rio de Janeiro: UFRJ, nº 1, Jan/Jun de 2014.

SOUZA, Diego de Oliveira (org.). *Trabalho, saúde e sociedade: a determinação social da saúde em perspectiva*. Maceió: EDUFAL, 2015.

SMITH, Neil. *A gentrificação generalizada*. In: BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. Introdução. De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006, p. 59-87.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e Urbanização*. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. 3ª ed. Campinas: Unicamp, 1998.

TONET, Ivo; LESSA, Sérgio. *Introdução a Filosofia de Marx*. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

TONET, Ivo. *O Método Científico – uma abordagem ontológica*. São Paulo, Instituto Lukács, 2013.

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância. *Boas práticas: água e saneamento nas escolas do semiárido*. Brasil, 2017.

_____. *Pobreza na infância e na Adolescência*. Brasil, 2018.

VALENTIM, Luís Sérgio Ozório. *Sobre a Produção de Bens e Males nas Cidades – estrutura urbana e cenários de risco à saúde em áreas contaminadas da Região Metropolitana de São Paulo*. Tese de Doutorado Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2010.